



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL E SUDESTE DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
FACULDADE DE GEOGRAFIA**

ANTONIO GUSTADO DA SILVA MAXIMO

**PLEBISCITO DO ESTADO DO PARÁ E A RELEVÂNCIA SUB-REGIONAL
DE MARABÁ E SANTARÉM: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE REGIONAL NA
GEOGRAFIA.**

MARABÁ – PA
2018

ANTONIO GUSTAVO DA SILVA MAXIMO

**PLEBISCITO DO ESTADO DO PARÁ E A RELEVÂNCIA SUB-REGIONAL
DE MARABÁ E SANTARÉM: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE REGIONAL NA
GEOGRAFIA.**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à Faculdade de
Geografia da Universidade Federal
do Sul e Sudeste do Pará, campus
universitário de Marabá, como
requisito parcial para obtenção de
grau de Licenciatura/Bacharelado
em Geografia, sob orientação do
Professor Me. Gustavo da Silva.

MARABÁ – PA
2018

Dados Internacionais de Catalogação-na Publicação (CIP)
Biblioteca Josineide da Silva Tavares / UNIFESSPA. Marabá, PA

Maximo, Antonio Gustavo da Silva

Plebiscito do Estado do Pará e a relevância sub-regional de Marabá e Santarém: a importância do debate regional na geografia / Antonio Gustavo da Silva Maximo ; orientador, Gustavo da Silva. — 2018.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará, Campus Universitário de Marabá, Instituto de Ciências Humanas, Faculdade de Geografia, Curso de Licenciatura e Bacharelado em Geografia, Marabá, 2018.

1. Geografia - Estudo e ensino. 2. Pará - Divisões territoriais e administrativas. 3. Política econômica - Marabá (PA). 4. Pará - Política e governo. 5. Plebiscito - Pará. 6. Política econômica - Santarém (PA) I. Silva, Gustavo da, orient. II. Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. III. Título.

CDD: 22. ed.:910.7

Elaboração: Miriam Alves de Oliveira
Bibliotecária-Documentalista CRB2/583

ANTONIO GUSTAVO DA SILVA MAXIMO

**O PLEBISCITO DO ESTADO DO PARÁ E A RELEVÂNCIA SUB-REGIONAL DE
MARABÁ E SANTARÉM: A IMPORTÂNCIA DO DEBATE REGIONAL NA
GEOGRAFIA.**

Banca Examinadora

Prof.º Me. Gustavo da Silva (Orientador)

Prof.º Me. Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues (FG/ICH/UNIFESSPA)

Prof.º Dr. Marcus Vinícius Mariano de Souza (FG/ICH/UNIFESSPA)

Dedico ao meu Pai que, com muita compreensão, apoio e vontade de me ver vencer, não mediu esforços para que eu chegasse até esta etapa da minha vida.

AGRADECIMENTOS

Quero agradecer a Deus pela vida. Ao meu pai, João Santana Maximo, que acreditou, incondicionalmente, desde o começo em mim que eu ia ser capaz de realizar mais este sonho. Sou imensamente grato pela sua compreensão, apoio e vontade de me ver vencer.

Ao professor Marcos Mascarenhas Barbosa Rodrigues com quem pude ter a oportunidade de compartilhar momentos de conhecimentos e experiências, participando do projeto “Geografando Caboclos na Literatura Amazônica: territorialidades, paisagem, tempos e sujeitos” na condição de bolsista do PAPIM (Programa de Apoio a Projetos de Intervenção Metodológica).

Permitindo durante o projeto me confirmar que o percurso da construção do saber geográfico não é só feito de barreiras, mas sim de horizontes. Aproximando duas paixões, a geografia e a literatura, como quem, na verdade, tivesse juntado, por outras palavras, o útil ao agradável.

Ao professor Gustavo da Silva pelas contribuições que foram indispensáveis para obtenção desse trabalho. Conseguindo a sua maneira no processo de ensino-aprendizagem tornar o saber geográfico para além de importante em algo, ao mesmo tempo, interessante.

Ao professor Marcos Alexandre Pimentel da Silva pelas suas contribuições geográficas principalmente no que se refere a geografia regional. Quero agradecer, enfim, todas aquelas pessoas, sejam profissionais, educadores, amigos(as) ou conhecidos(as) que, de alguma forma, contribuíram, direta ou indiretamente, na minha trajetória acadêmica assim como na concretização desse trabalho.

“O único mistério do universo é o mais e não o menos. Percebemos demais as coisas – eis o erro, a dúvida. O que existe transcende para mim o que julgo que existe. A realidade é apenas real e não pensada.”

Fernando Pessoa

RESUMO

O presente trabalho tem por finalidade evidenciar, ao contrário do que alguns determinados estudiosos defendiam, a importância da existência e do prosseguimento dos estudos regionais e territoriais na geografia, auxiliando substancialmente no entendimento dos acontecimentos reais, usando como exemplo o caso ocorrido, em 2011, do “Plebiscito do Estado Pará” em que tratam dessa questão pelo simples fato de suscitarem o mantimento do território paraense ou a sua fragmentação territorial. Porém, tendo por objetivo principal demonstrar e defender a ideia de que precedentemente e posteriormente a esse evento a centralidade política e econômica exercida por Marabá na sub-região do sudeste paraense e Santarém na sub-região do oeste paraense, são elementos certamente predominantes durante todo o processo. Tendo em vista que foram ao longo do tempo não só imprescindíveis para permitir que houvesse a realização desse evento como também, sobretudo, nesse sentido confirmar, independente de outras perspectivas diversamente possíveis de serem trabalhadas, a inegável relevância sub-regional de Marabá e Santarém.

PALAVRAS-CHAVE: Marabá, Santarém, Centralidade, Sub-regional.

ABSTRACT

The present work aims to show, contrary to what some scholars have argued, the importance of the existence and continuation of regional and territorial studies in geography, helping substantially in the understanding of real events, using as an example the case occurred in 2011, of the "Plebiscite of the Pará State" in which they deal with this question simply because they arouse the maintenance of the territory of Pará or its territorial fragmentation. However, its main objective is to demonstrate and defend the idea that before and after this event the political and economic centrality exercised by Marabá in the southeastern sub-region of Pará and Santarém in the sub-region of western Pará, are certainly predominant elements throughout the process. In view of the fact that, over time, it was not only essential to allow this event to take place, but also, above all, to confirm, independently of other perspectives that could be worked on, the undeniable sub-regional relevance of Marabá and Santarém.

KEY WORDS: Marabá, Santarém, Centrality, Subregional.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CDI - Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará

CDP - Companhia Docas do Pará

COSIPAR - Companhia Siderúrgica do Pará

DF - Distrito Federal

DIM - Distrito Industrial de Marabá

DNIT - Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte

DP/PA - Defensoria Pública do Estado do Pará

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

FUNAI - Fundação Nacional do Índio

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais

Renováveis

ICMS - Imposto de Circulação de Mercadorias e Isenções

IFPA - Instituto Federal do Pará

INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INSS - Instituto Nacional de Seguro Social

MT - Mato Grosso

MTE - Ministério do Trabalho e Emprego

MPF - Ministério Público Federal

PA - Pará

PGC - Programa Grande Carajás

PRODEPA - Processamento de Dados do Estado do Pará

S/A - Sociedade Anônima

SEBRAE - Serviço de Apoio à Micro e Pequena Empresa

SEDUC - Secretaria Estadual de Educação

SEFA - Secretaria de Estado da Fazenda

SEOP - Secretaria de Estado de Obras Públicas

SEIR - Secretaria de Estado de Integração Regional

SEMA - Secretaria Estadual de Meio Ambiente

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SETRAN - Secretaria de Estado de Transportes

SESPA - Secretaria de Estado de Saúde Pública

SESI - Serviço Social da Indústria

SIMARA - Siderúrgica Marabá

SINART - Sociedade Nacional Apoio Rodoviário Turístico

TECEJUTA - Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém

TRE - Tribunal Regional Eleitoral

TSE - Tribunal Supremo Eleitoral

UHT - Usina Hidrelétrica de Tucuruí

UEPA - Universidade Estadual do Pará

UNIFESSPA - Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1.0 FIM DAS REGIÕES?	15
1.1 A IMPORTÂNCIA DA GEOGRAFIA REGIONAL.....	17
1.2 FIM DOS TERRITÓRIOS?	21
2.0 PLEBISCITO SOBRE A DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ.....	25
3.1 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA DIVISÃO TERRITORIAL DO PARÁ: CENTRALIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA DE MARABÁ.....	33
3.2 FATORES QUE CONTRIBUEM PARA DIVISÃO TERRITORIAL DO PARÁ:CENTRALIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA DE SANTARÉM.....	44
4.0 RESULTADOS DA PESQUISA.....	55
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	58
REFERÊNCIAS.....	59

INTRODUÇÃO

O ser humano sempre teve (e tem) na humanidade a necessidade de dividir o espaço para melhor organizá-lo, levando em conta certas particularidades, configurando, por fim, em regiões, ou teve (e tem) a necessidade de dividir o espaço para melhor dominá-lo, levando em conta relações de poder, configurando em territórios.

E a geografia, acompanhada de outras áreas afins, oferece assim como diferentes autores citados no decorrer desse trabalho: Velho (1972), Hettner (1978), Becker (1984), Emmi (1987), Corrêa (1989), Raffestin (1993), Thrift (1995), Souza (1995), Sack (1995), Santos (1996), Tavares (1999), Lencioni (1999), Porto-Gonçalves (2001), Pereira (2004), Saquet (2007), Boueri (2008), Castro (2009), Cardoso; Lima (2009), Haesbaert (2010), Trindade Jr (2010), Nunes; Lima (2012), Gesiane (2013), Nunes, D.A (2013), Oliveira (2014). Fundamentos e instrumentos importantes para auxiliar no conhecimento e entendimento dos acontecimentos reais sem os quais muito dificilmente seriam possíveis a realização desses trabalhos.

Como especificamente esta elaboração de trabalho de conclusão do curso que nunca pode ser considerado a rigor do termo um trabalho absolutamente de ordem individual. Tendo em vista que é basicamente resultado de um trabalho de cunho teórico, metodologicamente falando, com suporte de revisão bibliográfica, envolvendo naturalmente, assim, a leitura de diversos outros autores e momentos de reflexões, apresentando dois propósitos: contextualização do problema e a validação teórica utilizada na investigação empreendida (ALVES; MAZZOTTI, 2002). Buscando em sua abordagem ser o mais simples, objetivo e direto possível.

Nesse sentido, no primeiro capítulo vem se confirmar a importância da geografia regional, ao contrário de determinados estudiosos Fukuyama (1989) O'Brien (1992) e Virilio (1997) que decretaram o fim das regiões e dos territórios, depois decretavam o fim da própria geografia.

O segundo capítulo corresponde a mencionar o exemplo do evento do plebiscito, em 2011, sobre a divisão do estado do Pará. Reforçando como que as questões de ordem regionais e territoriais na geografia não só foram importantes

como ainda são importantes na contemporaneidade. Tendo em vista que o plebiscito do Pará traz a tona essas questões pelo fato de suscitarem o mantimento ou a fragmentação territorial.

O terceiro capítulo e, último, por sua vez, trata principalmente de fatores que contribuem para não só ter havido a realização do plebiscito do Estado Pará como também fatores que contribuem para pretensão de divisão territorial do Pará: centralidade econômica e política de Marabá, sudeste paraense, e a centralidade econômica e política de Santarém, oeste paraense. E, por fim, dessa forma, a inegável relevância sub(regional) de Marabá e Santarém durante todo esse processo.

Buscando, nesse contexto, na base de argumentos mas, sobretudo, através de fatos, não obter meramente as respostas e explicações dos fenômenos em si, mas compreender a importância da geografia, auxiliando em todo momento com o conhecimento e entendimento dos acontecimentos reais. Demonstrando que conceitos, por exemplo, como de território e região na geografia ainda são indispensáveis seus usos na contemporaneidade.

Depois, principalmente, demonstrar que o evento de consulta à população paraense, realizado no domingo dia onze (11) de dezembro de 2011, na verdade, antes de estabelecer ou decidir algo que diz respeito a ordem regional ou territorial, muito mais serve para confirmar, sem dúvida, a ocorrência da centralidade política e econômica exercida por Marabá na sub-região do sudeste paraense tanto quanto a centralidade política e econômica exercida por Santarém na sua sub-região do oeste paraense (TRINDADE JR, 2010).

Possuindo como objetivo geral: demonstrar e defender a ideia de que precedentemente e posteriormente a esse evento do plebiscito a centralidade política e econômica exercida por Marabá na sub-região do sudeste paraense e Santarém na sub-região do oeste paraense, são elementos certamente predominantes durante todo o processo.

. E objetivos específicos: não o fim das regiões, dos territórios ou da geografia; reelaboração do conceito de região ao longo do tempo; discorrer sobre o plebiscito do Estado do Pará como um reflexo da relevância sub-regional de Marabá e Santarém, em face das respectivas centralidades econômicas e políticas.

1.0 Fim das regiões?

Falar a nível regional de divisão territorial do Estado do Pará e da relevância sub-regional de Marabá e Santarém para criação de novos Estados, Carajás e Tapajós, respectivamente, nas sub-regiões do sudeste e oeste do Pará. Implica, de algum modo, em ora evocarmos e refletirmos, mesmo que de forma ainda muito breve, a importância que a geografia, na trajetória histórica de sua existência, tem e, na verdade, mantém no tratamento amplo dessas questões que dizem respeito aos estudos regionais e territoriais.

Ainda mais por estar inserida num contexto sócio espacial de rápidas e intensas transformações como esse, por exemplo, provocado pelo fenômeno hegemônico da globalização (SANTOS, 1996) em que basicamente há um forte aprofundamento das relações econômicas, políticas e culturais a nível mundial. E, ao mesmo tempo, de fragmentação.

Em que a princípio se imaginava bastante que o fenômeno da globalização, mais visível a partir principalmente da década de 70 em diante, com a intensificação dos fluxos de pessoas, mercadorias e, sobretudo, informações, iria manifestar sua expressão na dimensão espacial de modo mais contundente num determinado momento com a homogeneização espacial do mundo, ocasionando em decorrência de se captar como indiferenciado, no início, o fim não só dos territórios e das regiões como também, depois, o próprio fim da geografia.

Não faltou, diante disso, estudiosos, de um lado, que tanto se prontificassem a afirmar o seu fim e estudiosos, de outro lado, que se posicionassem a defender as existências e importâncias de se prosseguirem com os estudos regionais e territoriais da geografia.

Os primeiros grupos de estudiosos, apesar dos argumentos convincentes e aparentemente corretos, estavam no fundo errados, uma vez que confundiam, muitas das vezes, de maneira simplista o fim da geografia com a superação, em grande parte, das distâncias promovidas por intermédio das evoluções tecnológicas, dos transportes e das comunicações.

Não é, por menos, que nesse sentido após decretarem o fim de territórios e regiões, depois, na década de 90, decretavam o fim da geografia, como um dos

seus principais defensores Fukuyama (1989), O'Brien (1992) e Virilio (1997) este último, notável pensador, mas que nesse assunto específico erroneamente pensava, por exemplo, que a fluidez global iria chegar ao ponto de plenamente sucumbir as barreiras da distância, permitindo, assim, conectar instantaneamente, em diferentes dimensões materiais e imateriais, os lugares no mundo.

Do outro lado, dos que defendem a importância da geografia temos nada menos que um dos maiores geógrafos brasileiros Milton Santos afirmando:

A região continua a existir, mas com um nível de complexidade jamais visto pelo homem. Agora, nenhum subespaço do planeta pode escapar ao processo conjunto de globalização e fragmentação, isto é, de individualização e regionalização (SANTOS, 1999, p.16).

Levando em consideração o que foi dito, então, se a região e o território ainda existem é fundamental um esforço para compreendermos que não se trata mais dos territórios e regiões concebidos e sustentados sobre a base de um ponto de vista tradicional, mas de regiões e territórios que apresentem novos elementos para submeter a análise de outros bases, num ponto de vista atual. Sendo assim:

Os progressos realizados no domínio dos transportes e das comunicações, bem como a expansão da economia internacional - que se tornou "generalizada"- explicam a crise da noção clássica de "região". Se ainda pretendemos manter a denominação, somos obrigados a redefinir a palavra. (SANTOS, 2008 [1978])

O que importa é mudar a perspectiva e o tratamento da forma-conteúdo do conceito conforme a dinâmica de mudança da realidade que não é igual a pressupor que o mesmo conceito deva, assim, deixar de existir. Como bem nos lembra Haesbaert:

Não faltam, portanto, novas perspectivas para a análise regional, sejam na forma das antigas regiões-zona, ou na forma das regiões-rede ou das redes regionais. (HAESBAERT, 2002, p. 21)

Outra, dessa vez, geógrafa de bastante prestígio nacional (Becker, 1984:p.2) vem se somar na defesa da geografia afirmando, apesar dos discursos contrários propalados pela globalização, que, na verdade, reaparece agora "a região é evocada como instrumento de ação política", via exemplo da situação a nível regional, novamente, da influência da cidade de Marabá e Santarém na divisão territorial do Estado do Pará para criação de novos Estados, Tapajós e Carajás.

Então, assim, podemos afirmar, de modo geral, que apesar da evocada globalização homogeneizadora o que vemos, na realidade, é a recriação da heterogeneidade em diversas partes do planeta. Tais como obviamente estas fragmentações estimuladas por políticas de base regional frente a globalização. Então, antes de haver o fim dos territórios e regiões assistimos, na verdade, a revalorização dos territórios e das regiões.

1.1 A importância da geografia regional

A geografia é a ciência responsável por estudar o conjunto de diferentes e diversos fenômenos humanos e naturais que ocorrem no espaço. Para isso, a geografia tem no seu bojo disponível múltiplas possibilidades de analisar e compreender as manifestações espaciais dos fenômenos.

Comumente, podemos apontar cinco-conceitos básicos através dos quais nos permitem ser adquiridos e transmitidos seus conhecimentos, sendo espaço geográfico, paisagem, região, território, lugar. Em que vai nos interessar especialmente o conceito de região, essencial a análise geográfica:

(...) o conceito de região está associado ao trabalho do geógrafo. Deixá-la de lado é abandonar um signo que identifica a Geografia perante as ciências. Repensar a região hoje significa uma maneira de contribuir para a superação da crise das ciências sociais e colaborar, enquanto geógrafo, na compreensão e impasses do mundo contemporâneo (...) (BECKER; EGLER, 1994, p.14)

Por sinal, geralmente o de longe mais reconhecido como um objeto próprio do saber geográfico. Na medida em que o conceito, além disso, se sobressai aos demais, dada a capacidade que possui de ser integrador, conseguindo abranger os fenômenos naturais e os fenômenos humanas e a relação que ambos estabelecem entre si, natureza-sociedade, verificados na análise regional.

Já que desde a origem da geografia assume grande centralidade a necessidade de recortar o espaço que nos remete, imediatamente, ao conceito de região que na raiz etimológica do seu termo está associada a ideia de recorte ou delimitação. Nesse sentido, podemos dizer, analogamente, que assim como os historiadores tem na periodização que corresponde a recortar o tempo, grosso modo, parte de um tempo, uma das suas questões centrais. Nós como geógrafos

temos no recortar o espaço, parte de um todo, “regionalização” uma das nossas principais preocupações.

Acrescentado a ideia de recortar o espaço associado ao conceito de região temos, ainda, também a noção tanto mais importante de diferenciações de áreas, dado tal reconhecimento há, inclusive, quem considere como esta última noção fosse o estudo da própria geografia. Já que se desaparecessem as diferenças espaciais, logo desapareceriam, igualmente, as regiões.

Podemos perceber que desde a origem da geografia apontada com os precursores Estrabão (Grecia 63 a.C. ou 64 a.C. ca.24) e Ptolomeu (Egito, 90 d.C. - Canopo, Egito, 168 d.C.) já continham essa preocupação. Mesmo que trabalhando em diferentes escalas e apresentando pontos de vistas divergentes, o primeiro com uma abordagem mais histórica-descritiva-qualitativa e regional, o segundo com uma abordagem mais matemática-cartográfica, quantitativa, geral, ambos abrigavam convergindo nas suas considerações a noção de diferenciações de áreas.

Compartilhando desse entendimento, o geógrafo Hettner, em sua obra no final do século XIX, concluía que:

A matéria específica da geografia, desde os tempos mais remotos até os dias de hoje, consiste no conhecimento das áreas da terra na medida em que diferem uma das outras. (HETTNER apud HARTSHORNE, 1978, p.14)

Mas, foi principalmente, na verdade, a partir do início do século XX em diante que a geografia regional, de fato, apresentou maior reconhecimento e majoritário domínio na produção e reprodução do conhecimento geográfico em diferentes perspectivas, com geógrafos que iam desde La Blache, passando por Richard Hartshorne até Carl Sauer, cada qual da sua maneira, assumindo como questão fundamental as diferenciações de áreas.

Em que acompanhando a trajetória do conceito de região a partir do primeiro geógrafo, no caso, o francês Vidal de La Blache, podemos verificar a evolução e mudança que sofreu o conceito, no decorrer do tempo, por conta da própria natureza da dinâmica da realidade mutável e contraditória, sendo necessário

senão, por sua vez, não daria mais conta de corresponder a expectativa de obter compreensão de boa parte dos acontecimentos espaciais.

Rogério Haesbaert (2010) vai mostrar como o conceito foi sendo reelaborado, mostrando três grandes fases pelas quais a região apresentou, igualmente, em cada uma das diferentes fases, três concepções distintas. A primeira fase basicamente os elementos naturais predominavam, podendo variar o fator considerado se vegetação, clima, hidrografia, conforme a região tratada de tal maneira que, em boa parte, se rejeitava as divisões político-administrativas. Podendo, assim, ser confirmado na obra do autor “As divisões fundamentais do território Frânces” (VIDAL DE LA BLACHE. P, 1888).

A segunda fase corresponde a um momento de transição em que as mudanças operadas na realidade começam a refletir, igualmente, na mudança do conteúdo do conceito de região, pois se migra da abordagem da região de bases naturais de outrora agora rumo na direção de uma região com bases nos aspectos humanos, ou, na imbricação da relação homem-meio. Podendo ser confirmado na sua obra “Tableau de laGéographie de la France” (VIDAL DE LA BLACHE. P, 1903).

Na terceira, e última, fase com a industrialização, urbanização e evolução técnica, assistimos a intensificação da ação humana de tal maneira que provoca a introdução da concepção de região econômica refletida na ideia, por exemplo, de região funcional, onde os limites regionais antes rígidos passam a ser mais fluídos. Podendo ser verificado no seu artigo “RégionsFrançaises” (VIDAL DE LA BLACHE. P, 1910).

Podemos por meio desse notável geógrafo Paul Vidal de La Blache, confirmar que a região não deixa de existir, mas que ela é submetida, num momento ou noutro, ao processo de construção, destruição e reconstrução ou, por outras palavras, vida, morte e ressurreição (HAESBAERT, 2010). Tendo em vista a necessidade de usar concepções e modelos pelos quais possam corresponder a realidade que é dinâmica, contraditória e mutável implicando na necessidade de mudar a região e regionalização.

Na medida em que também muda na realidade presente. Sendo cada concepção, assim, apropriada de acordo com o contexto de cada momento histórico-geográfico que confere substancialmente utilizá-la.

Nesse sentido, as regiões não são as mesmas, basta verificar no começo as regiões tradicionais tinham em comum como características principais apresentadas a maior estabilidade, regularidade, fixidez, contiguidade espacial, solidez. Em contrapartida, as de hoje evidenciam nítidos contrastes, pois apresentam como características observadas o maior nível de instabilidade, irregularidades, descontinuidades, fluidez, liquidez.

Salvando exceções e especificidades próprias de cada abordagem regional. Hoje, na maioria das vezes, a ideia de região aparece compreendida como particularidade, como mediação entre o universal e o singular, o global e o local, não sendo, assim, absolutamente, por mais que se pretenda, única ou homogênea, mas marcada por elementos que evidenciam particularidades (LENCIONI, 1999).

Levando em consideração que as regiões são hoje mais abordadas e marcadas pelo caráter de mutação, de mobilidade e de fluidez do que necessariamente de conservação, fixidez e estabilidade. Sendo assim, em relação a estas mudanças:

A região está se fragmentando, tornando-se não tão desorganizada (...) quanto deslocadas nos termos em que costumamos considerar regiões como áreas contínuas e demarcadas. (THRIFT 1996, p, 239)

Portanto, assim observando a trajetória da abordagem regional atravessando tantas transições, superando períodos, etapas e fases e mesmo, ao contrário do que erroneamente afirmavam a princípio sobre seu suposto fim, permanecemos vendo não só sua existência vigorosa assim como prosseguimos reconhecendo e confirmando conforme concluiu Thrift (1995, p.242) “a geografia regional é essencial à prática de produzir geografia”.

Tendo em vista as amplas perspectivas acerca da região existentes e as novas que não cessam de se avolumarem e a complexidade que este conceito se reveste ao longo do tempo, escolhemos trabalhar, a medida do possível, com a região tendo em conta as particularidades socioespaciais que a caracterizam.

Não só vista como resultante de construções intelectuais, sendo normalmente abstrata e ideal, mas também, ao mesmo tempo, como oriunda de construções práticas, sendo comumente concreta e real. Partindo da compreensão de que “regiões refletem tanto diferenças no mundo quanto ideias sobre diferenças” (HAESBAERT, R.1999, p. 92). Ou por outras palavras poderíamos, ainda, dizer que a região basicamente comporta tanto interpretações quanto fatos acerca de si.

Sem proceder a buscar estabelecer uma separação rígida, ou seja, uma fronteira delimitando exatamente onde uma (intelectual, abstrata e ideal) e outra (prática, concreta e real) dimensão da região começa e termina. Já que são duas dimensões, na verdade, essencialmente concomitantes.

Posto que, por vezes, chegam a ser, em grande parte, indiscerníveis de tão imbricadas a relação que estabelecem entre si. Assim como funciona, muitas vezes, na prática, com os conceitos de regiões e territórios que embora possuam certamente significados distintos, ambos podem ser trabalhados de maneira associativas, convergentes e inseparáveis.

1.2 Fim Dos Territórios?

O conceito de território é polissêmico e transformou-se muito ao longo do tempo o que torna impossível existir simplesmente uma única definição e difícil sua elaboração. Uma vez que conforme não só o contexto temporal e espacial considerado, mas conforme sua abordagem adotada o território pode passar a ser facilmente visto de outra maneira.

Mesmo assim, existe uma característica que independe do contexto da realidade e da abordagem adotada, sempre vai marcar fortemente a distinção desse conceito perante outros conceitos geográficos no que diz respeito as relações de poder.

Sendo o território tido tal como afirma Souza (1995): “o espaço definido e delimitado por e a partir de relações de poder”. Aonde nenhuma sociedade escapa a necessidade de uma estruturação organizacional dentro do território como afirma Raffestin (1993, p.150) que “nenhuma sociedade, por mais elementar que seja, escapa à necessidade de organizar o campo operatório de sua ação”.

Sendo a expressão de territorialidade para Sack (1995) basicamente as estratégias espaciais usadas pelos diferentes grupos para obter o controle do território. Este controle dependendo do tipo pode variar ora sendo mais de ordem funcional ou mais de ordem simbólico, relacionado com os sujeitos que o promovem, adquirindo níveis de intensidade os mais diversos.

Onde há territórios definidos e estabelecidos, surge, então, ao mesmo tempo, a noção de fronteira que corresponde ao limite entre duas partes distintas, sendo ela que determina a área territorial precisa, ou seja, de onde um determinado território começa e termina.

Antigamente, na geografia tradicional usualmente o território era visto a partir das relações de poder do ponto de vista exclusivamente de uma escala do território nacional como um todo.

Com o decorrer do tempo e as transformações que foram na realidade acontecendo como atualmente as rápidas mudanças provocadas com o advento da globalização e fragmentação, percebeu-se que os novos estudos exigiram a compreensão de que os fenômenos da organização sócio espaciais eram muito mais complexos do que a mera associação do território a ideia de território nacional.

Nesse contexto, revelando que assim como não aconteceu o fim da região, mas a crise do uso do conceito clássico e antigo de região, já que se tornou inadequado para tentar entender e explicar a realidade, assim acontece também, de certa forma, com o conceito de território, não sendo mais adequado o uso tradicional do conceito, mas outros que, independente de quais sejam, importante é que possam ser mais próximos de fornecer uma base para entender e explicar, de fato, as novas e complexas dinâmicas territoriais emergentes.

Pois, não só novos territórios nacionais surgiam, mas em outras escalas surgiam, regionais e municipais. Sempre naturalmente remetendo a noção de fronteira que revela por trás de si o conflito de interesses, envolvendo grupos, instituições, identidades, culturas, posicionamentos políticos e ideológicos divergentes e materializados, já que remete, falando de modo mais simples e direto, a distinção entre um “eu” e o “outro” lutando por dominação da porção de um determinado território.

Onde o governo do Estado normalmente surge como um mediador dos conflitos, buscando uma alternativa de resolver o mesmo, apesar de nem sempre a resolução operada pelo Estado ser as mais fáceis, adequadas ou justas, conseguem, às vezes, encontrar bons direcionamentos. Por exemplo, sobre a divisão do Estado do Pará a respeito da criação do Estado do Carajás e Tapajós. A melhor alternativa encontrada foi a realização da consulta popular através do “Plebiscito do Estado Pará”.

Nas propostas de novos Estados pelo PDC 2300/2009 e o PDC 731/2000 que determinam o plebiscito no Estado do Pará para a criação de Carajás e Tapajós, apenas se listam os municípios que comporão o futuro Estado. Porém, do ponto de vista prático, não satisfaz citar os municípios para se obter o território do Estado.

Independentemente de ser contrário ou favorável a divisão a necessidade de tratar a questão territorial com maior rigor técnico, especialmente os casos de Carajás e Tapajós em que corresponde a áreas de expansão, sendo regiões onde muitos dos seus limites municipais incluem trechos de conflitos e com frágil definição das linhas divisórias.

De qualquer modo, acaba com o discurso do fim dos territórios, demonstrando discussão e preocupação em relação ao mantimento ou fragmentação territorial paraense, além disso, que o território não é tão simples como a princípio se imaginaria, ocorrendo tão somente na escala nacional, mas em diversas e diferentes escalas como as que compreende a nível (sub) regional dos Estados pertencente ao país.

Nesse contexto, buscando converter espaços em territórios são:

[...] orientadas à conquista da autonomia das sociedades locais. A autonomia não significa auto-suficiência, não implica o fechamento com relação ao exterior, mas a capacidade de autogoverno das relações de territorialidade, internas e externas, de autoprojeção de um desenvolvimento centrado nessas relações. (DEMATTEIS apud SAQUET, 2007, p. 9).

Tendo em vista que os territórios não são entes estáticos, mas dinâmicos, estão em constante movimento suas territorialidades, conflitos e disputas, podendo redefinir fronteiras e, por sua vez, surgir novos territórios. Fenômeno, por vezes, conhecido também segundo Haesbaert, R. (2004) como a “multiterritorialidade”.

Multiterritorialidade é concebida normalmente como a ação ou processo por meio do qual acessam-se diferentes territórios individual ou coletivamente, promovida concretamente por deslocamentos físicos ou virtual por relações do ciberespaço.

Apesar de mais visível hoje a multiterritorialidade, na verdade, independentemente da época, sempre houve. “Não há uma territorialização, mas múltiplas formas de (re)territorialização” (HAESBAERT, 2004, p. 169), no sentido de muitas, diferentes, existentes lado a lado.

(...) a existência do que estamos denominando multiterritorialidade, pelo menos no sentido de experimentar vários territórios ao mesmo tempo e de, a partir daí, formular uma territorialização efetivamente múltipla, não é exatamente uma novidade, pelo simples fato de que, se o processo de territorialização parte do nível individual ou de pequenos grupos, toda relação social implica uma interação territorial, um entrecruzamento de diferentes territórios. Em certo sentido, teríamos vivido sempre uma “multiterritorialidade”. (HAESBAERT, 2004, p. 344)

Assim, o fim dos territórios é, na realidade, uma falácia difundida em meio ao processo de globalização e fragmentação, não passando de um “mito” (HAESBAERT, 1994, 2001, 2004), ou seja, na prática não existe. O que pode até existir é a desterritorialização, entendida como uma etapa do processo muito mais complexo que envolve posteriormente uma reterritorialização e a constituição de multiterritorialidades. Sendo as relações existentes entre reterritorialização e desterritorialização vistas como os dois lados da mesma “moeda” da territorialização.

Mais do que a desterritorialização desenraizadora, manifesta-se um processo de reterritorialização espacialmente descontínuo e extremamente complexo. (HAESBAERT, 1994, p.214)

Por isso, uma, dentre outras, preocupação de Haesbaert (2004), à semelhança da apresentado por Milton Santos (2006), é de destacar a importância de nunca se analisar o território como espaço neutro, mas sim enquanto lócus principalmente de constante disputa de poder, podendo esta disputa privilegiar ora a população, o território ou os recursos. Dependendo de cada caso tratado.

No momento do plebiscito do Estado do Pará uma das estratégias mais usadas por ambos os grupos Pró-Carajás e Pró-tapajós foi focar na população,

tendo em vista que os eleitores paraenses é que foram fundamentais para o resultado da consulta popular realizada.

Posteriormente nas outras etapas de consolidação do território caso houvesse, ao contrário do que ocorreu na realidade, os grupos iriam privilegiar muito possivelmente outros elementos das relações de poder na busca de conseguir obter mais vantagens, ou seja, o território ou os recursos. Como bem aponta Reffestin (1993, p. 58) “Uma relação pode privilegiar um dos trunfos: a população, o território ou os recursos.”

Os grupos nas relações de poder, assim, acabam cada qual verificando o momento mais adequado de eleger ora focar suas ações especificamente em algum dos trunfos. Contudo, podemos ter a certeza de que essas estratégias territoriais, levam em consideração a população, o território e os recursos, não objetivando só o controle e dominação sobre as pessoas, mas também o controle e dominação exercido sobre as coisas.

2. PLEBISCITO SOBRE A DIVISÃO DO ESTADO DO PARÁ:

Plebiscito é uma palavra que sua origem remonta a Roma antiga, nascendo da união de plebs (“povo”) e scitum (“decreto”), portanto, neste sentido basicamente pode ser entendido como decreto do povo, ocorrendo hoje em dia, geralmente, quando há em destaque algum assunto que diz respeito a interesses políticos que adquirem especiais conotações sociais.

Em relação ao momento do uso do plebiscito é caracterizado por ser uma consulta prévia, ou seja, acontece numa etapa anterior à elaboração de qualquer lei ou ato legislativo e administrativo acerca da proposta do governo. Assim sendo, difere do referendo que é uma das alternativas também existentes de consultas, porém a consulta ao povo acontece momentos após a aprovação pelo Congresso Nacional.

No regime democrático atualmente vigente no qual vivemos verificamos que é por meio do plebiscito que o povo pode ser convocado para fornecer sua posição

emitindo a sua opinião, escolhendo "sim" ou "não" à execução de determinada decisão governamental.

Sendo o plebiscito, muitas das vezes, concebido como um dos instrumentos mais importantes disponíveis no regime democrático para o povo envolvido expressar a manifestação direta da sua vontade a respeito de determinado assunto.

Promovendo, assim, a participação ativa dos cidadãos nas decisões do Estado. Estando reconhecido e sustentado este direito pela própria Constituição Federal de 1988 no artigo 14 que consta o seguinte:

Art.14. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei, mediante:

I – plebiscito;

II – referendo;

III – iniciativa popular. (BRASIL,2016, p.16)

No Brasil só houve dois momentos na história política do país em que o plebiscito, de fato, foi aplicado. O primeiro momento na década de 90, ocorrendo em vinte e um de abril de mil novecentos e noventa e três, 21 de abril de 1993, através da lei número 8.624, promulgada pelo presidente Itamar Franco em 4 de fevereiro de 1993. Onde o plebiscito consultava previamente ao povo sua posição e decisão a respeito da “forma e do sistema de governo do Brasil”, permitindo escolher entre monarquia ou república e parlamentarismo ou presidencialismo.

Em que a maioria dos eleitores votou na forma de governo a favor do regime republicano e no sistema de governo a favor do sistema presidencialista. Numa votação ampla em que pese ter envolvido todos os vinte e seis (26) estados brasileiros e o distrito federal (1) de Brasília. Na qual a forma de governo da república vencedora obteve 66,0 % dos votos válidos e o sistema presidencialista 55,4% dos votos. Em que curiosamente em ambos a quantidade de abstenção ficou em média na quantidade de 25%.

Dizendo o resultado por outros números, respectivamente, a forma de governo da república ganhou com mais de quarenta e quatro (44) milhões de votos e o sistema de governo presidencialista com mais de 37 milhões de votos. Em que

uma (forma) e outro (sistema) a quantidade de abstenção ficou na média de mais de 23 milhões de votos.

O segundo momento em que houve plebiscito e é o que especialmente vai ser um dos focos de interesse centrais desse estudo, sendo permitido, em maio de 2011, o plebiscito sobre a divisão territorial do estado do Pará, a ser realizado até o mês de dezembro, por meio da aprovação constitucional dos projetos legislativos sobre a divisão territorial, PDC 2300/2009 e PDC 731/2000, renomeados decretos legislativos nº136/2011 e nº137/2011.

Sendo a proposta de criação dos novos estados também respaldado como um direito em conteúdo normativo da constituição federal, mas exatamente no seu art. 18, parágrafo 3º que consta o seguinte:

Art. 18. A organização político-administrativa da República Federativa do Brasil compreende a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, todos autônomos, nos termos desta Constituição.

§ 3º Os Estados podem incorporar-se entre si, subdividir-se ou desmembrar-se para se anexarem a outros, ou formarem novos Estados ou Territórios Federais, mediante aprovação da população diretamente interessada, através de plebiscito, e do Congresso Nacional, por lei complementar. (BRASIL,2016)

Válido esclarecer que acima das três possibilidades existentes destacadas no conteúdo normativo a respeito do estado “incorporar-se”, “subdividir-se” ou “desmembrar-se”, o plebiscito trata exclusivamente desta última possibilidade, ou seja, desmembramento.

Podendo ser o desmembramento basicamente entendido como o processo em que o estado cede parte(s) do seu território para formar outro(s) estado(s), onde o estado após dividido, submetido a fragmentação territorial, ainda permanece existindo. Tal como acontece na situação tratada, uma vez que são os dois novos estados (Carajás e Tapajós) que se separariam, portanto, se desmembrariam do estado do Pará para serem, então, criados.

O “plebiscito do Pará” foi realizado no dia de domingo, em onze de dezembro de dois mil e onze, 11/12/2011, sobre a proposta de Divisão Territorial do estado do Pará em três: Pará, Carajás e Tapajós, pretendendo a criação destes dois últimos (Carajás e Tapajós), novos estados, desmembrando-se do primeiro

estado (Pará) na região. Este evento ficou largamente denominado de “plebiscito do Pará”.

Podendo, ainda, afirmar que apesar de ser o segundo plebiscito, mas permanece sendo um fato inédito, é o primeiro que constatamos haver, no que se refere a aplicação de um dispositivo constitucional, recorrendo a consulta popular para decidir questões que repensam a organização político-administrativa do Brasil, mesmo que do ponto de vista da escala regional envolvendo interesses regionalistas com a proposta de criação de duas novas unidades da federação, certamente implicando em mudanças territoriais.

Para reforçar essa afirmação de ser um fato inédito basta lembrar que em decisões de décadas anteriores nunca houve consulta popular. Não houve plebiscito, por exemplo, na década de 80 com o processo de criação do Tocantins se desmembrando de Goiás. E nem houve, muito menos, consulta a população com a criação da unidade da federação, em 1979, de Mato Grosso do Sul se desmembrando de Mato Grosso ou na elevação, em 1982, de Rondônia a condição de Estado.

O plebiscito levantou duas questões: uma sobre a criação ou não do estado de Carajás e outra sobre a criação ou não do estado de Tapajós. Apresentando, respectivamente, as seguintes perguntas: "Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Carajás?" e "Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Tapajós?". Dessa forma, sendo possível votar a favor da criação de um estado, a favor da criação dos dois estados ou contra a criação de um estado ou contra a criação dos dois estados.

Só que dessa vez, diferentemente do primeiro plebiscito da década de 90, na consulta ficou definido pelo Tribunal Supremo Eleitoral (TSE) que em relação aos envolvidos não abrangeria todo os eleitores do país, limitando-se a consultar somente a população eleitoral pertencente ao estado do Pará. O que, mesmo assim, gerou questionamento principalmente das partes (Carajás e Tapajós) favoráveis a divisão do estado do Pará.

Já que alguns dos principais representantes dos grupos pró-Carajás e pró-Tapajós divergiram do TSE no que concerne a interpretação da base legal da

decisão de quem pode participar ou não, sendo alvo de discussões e oposições políticas o ponto que corresponde a Lei 9.709 cujo artigo 4º diz que:

Art.4. A incorporação de Estados entre si, subdivisão ou desmembramento [...] dependem da aprovação da população diretamente interessada, por meio de plebiscito (BRASIL, 1998)

Uma vez que, por um lado, os favoráveis a divisão entenderam que do seu ponto de vista a “população diretamente interessada” dizia respeito somente a consultar a população pertencente aos dois novos estados a serem criados, pois estes eram realmente compostos pela população “diretamente interessada”.

E, por outro lado, o TSE entendia que não se restringia nestes a consulta, abrangendo, portanto, todos os eleitores pertencentes ao estado do Pará. Já que como bem destacado nas palavras do texto a população “diretamente interessada” corresponde também as que fazem parte, neste caso, do estado (Pará) que possivelmente poderia ser desmembrado.

Neste sentido, a população “diretamente interessada” se compõe tanto por aqueles que residem nos estados que pretendem-se emancipar (Carajás e Tapajós) quanto pela localizada no estado (Pará) do qual quer se desmembrar, em outras palavras pelos que são, em boa parte, favoráveis a divisão do Pará e pelos que são, em boa parte, desfavoráveis a divisão do Pará, estão incluídos.

De modo mais bem colocado e esclarecido esta questão no artigo 7º que “entende-se por população diretamente interessada tanto a do território que se pretende desmembrar, quanto a do que sofrerá desmembramento” (BRASIL, 1998; PINTO, 2011)

Segundo números fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral/PA (2011), na época, o total de eleitores do Pará era algo em torno de 4. 839. 384 milhões, em relação a localização levando em consideração todos os três estados, ficava sendo distribuídos da seguinte maneira, 795. 978 mil eleitores em Tapajós, 969. 938 mil eleitores em Carajás e 3. 073. 468 milhões eleitores concentrados no Pará.

A preocupação da organização do evento eleitoral nos momentos que precedeu a sua realização esteve relacionada a questão da logística, visando

buscar a solução facilitando o acesso, então, para algumas localidades isoladas, o presidente do Tribunal Supremo Eleitoral (TSE), Ricardo Lewandowski, se manifestou dizendo “Será um esquema de guerra porque estaremos no meio da selva, mas vamos cumprir a determinação do Congresso dentro do prazo”. Assim, solicitou para os casos específicos que se fizessem necessários o apoio das Forças Armadas.

Tudo transcorreu normalmente, sem nenhuma ocorrência de irregularidades, durante o decorrer da aplicação da consulta. Posteriormente, quando foram encerradas todas as consultas, o resultado do plebiscito foi que em relação a pergunta do estado de Carajás: "Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Carajás?" as respostas “Sim” obteve 33,40 % dos votos válidos, algo em torno de 1.185.546 votos.

As respostas do “Não” obteve 66,60 % dos votos válidos, quantidade somada de 2.363.561 votos. E em relação a pergunta referente ao estado de Tapajós: Você é a favor da divisão do estado do Pará para a criação do estado de Tapajós? “Sim” obteve 33,92% dos votos válidos, 1.203.574 votos e o “Não” 66,08% dos votos válidos, 2.344.654 votos.

As propostas, assim, dos dois novos estados, almejando separar o estado do Pará, foram derrotadas na votação, enquanto a decisão de optar por permanecer o estado do Pará na sua configuração político-administrativa e, portanto, não dividir o estado do Pará, foi no processo eleitoral do plebiscito por meio de expressivos votos de vantagens a vencedora. Mantendo, dessa forma, o Pará a sua atual configuração político-administrativa e o Brasil os 26 estados e 1 DF (Distrito Federal).

Se caso a proposta regionalista de divisão para criação de um ou dos dois novos estados, desmembrando-se do Pará, fossem aprovados por meio do plebiscito o mapa do Pará teria, por sua vez, a possibilidade muito maior de ser mudado, diferindo com a fragmentação territorial, assim, da sua atual configuração, conforme ilustra de maneira simples e básica a figura 01 abaixo.

Figura 01 - Como Ficaria o Estado do Pará



Fonte: Boueri (2008)

O estado de Carajás está situado na sub-região do Sudeste Paraense, possuiria uma extensão territorial de 289 799 km², correspondendo a aproximadamente 25%, sendo entre os três estados no que diz respeito ao tamanho, o 2º maior estado, e em termos de municípios também o 2º a possuir maior quantidade, tendo como capital a cidade média de Marabá, ao longo do novo estado com uma população em média mais de 1.6 milhão de habitantes distribuídos por 39 municípios.

Sendo os seguintes municípios: Conceição do Araguaia, Breu Branco, Santana do Araguaia, Sapucaia, Bannach, Pau D'Arco, Abel Figueiredo, Palestina do Pará, Brejo Grande do Araguaia, Cumaru do Norte, São João do Araguaia, Piçarra, Bom Jesus do Tocantins, Nova Ipixuna, Floresta do Araguaia, Santa Maria das Barreiras, Rio Maria, Curionópolis, Anapu, Ourilândia do Norte, São Domingos do Araguaia, Canaã dos Carajás, São Geraldo do Araguaia, Tucumã, Novo

Repartimento, Goianésia do Pará, Eldorado dos Carajás, Água Azul do Norte, Dom Eliseu, Pacajá, Xinguará, Itupiranga, Rondon do Pará, São Felix do Xingu, Jacundá, Tucuruí, Parauapebas, Redenção, Marabá (BRASIL, 2011).

O Tapajós, por sua vez, localizado na sub-região do Oeste Paraense, conhecida também como região do Baixo Amazonas, teria uma extensão territorial de 722 358 km², aliás uma grande extensão territorial ao ponto de se tornar não só obviamente o maior do estado do Pará possuindo mais da metade do território estadual, com cerca de 58%, mas o 3^a maior estado a nível nacional, perdendo no território brasileiro somente apenas para Amazonas (1 559 159,148 km²) e Mato Grosso (903 378,292 km²).

Nessa época do plebiscito possuía no seu território mais de 1 300 090 habitantes (2010), quantidade esta que representava um pouco mais de 20% da população do estado do Pará. Assim, ao mesmo tempo, de um lado seria destaque, sendo a maior em extensão territorial e, de outro, seria pouca expressiva, sendo a menor em termos de ocupação populacional. Tendo como capital a cidade média de Santarém, seria dos três estados a que possuiria um número mais reduzido de municípios com apenas 27 municípios

Composta pelos seguintes municípios: Novo Progresso, Porto de Moz, Óbidos, Oriximiná, Monte Alegre, Placas, Prainha, Rurópolis, Santarém, Senador José Porfírio, Vitória do Xingu, Terra Santa, Uruará, Trairão, Alenquer, Almeirim, Itaituba, Jacareacanga, Juruti, Medicilândia, Mojuí dos Campos, Brasil Novo, Curuá, Faro, Altamira, Aveiro, Belterra (BRASIL, 2011).

Ao estado do Pará, na sub-região do nordeste paraense, após dividido restaria uma pequena porção do território, atrás de Tapajós e Carajás, sendo o menor estado, 3^o em extensão territorial, aproximadamente 17%, porém possuindo o maior número de municípios com 86 ao longo dos quais em relação a população se localizariam mais de 4,5 milhões de habitantes. Permanecendo como capital a cidade de Belém.

3. FATORES QUE CONTRIBUEM PARA DIVISÃO TERRITORIAL DO PARÁ:

3.1 CENTRALIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA DE MARABÁ

Para compreendermos melhor a influência não só da centralidade urbana que a cidade média de Marabá exerce hoje, polarizando na dimensão política e econômica na sub-região (sudeste paraense) a qual está inserida, é necessário levarmos em consideração mesmo que de forma rápida que não é só um fato recente, advindo exclusivamente com a implantação dos grandes projetos, vinda de novos agentes político-econômicos e a abertura de rodovias de penetração na região.

Pois, na produção do espaço regional, foi sendo sua centralidade, na verdade, construída ao longo do tempo, a princípio basicamente podendo afirmar que estando relacionada com a valorização de atividades ligadas ao extrativismo vegetal de diferentes produtos econômicos locais.

Uma vez que no começo na condição de povoado Marabá sua configuração geográfica, salvo suas especificidades, não era nada diferente da tendência predominante verificada na realidade de grande parte do restante da região amazônica em que no momento a dinâmica dos rios era fundamental para a realização das atividades econômicas e espaciais (CASTRO,2009).

Surgindo como Burgo do Itacaiúnas, em 1895, menos de duas décadas depois, muda o espaço de localização, passando, então, a ser situada mais exatamente num pontal de terra entre os rios Tocantins e Itacaiúnas, local estratégico para o escoamento da produção, como entreposto comercial do caucho (matéria-prima muito valorizada que produzia uma goma similar à borracha). Com a crise da borracha, durante o século XX, em 1919, houve obviamente abrupta queda da comercialização desse produto, promovendo, por conseguinte, a estagnação econômica regional.

Mais logo em seguida, imediatamente, se recompõe sua atividade econômica, por sua vez, com a extração da castanha-do-pará passando a ser o produto econômico local a dinamizar demográfica e economicamente a cidade. Já durante a década de 1920, especialmente a partir de 1927, Marabá torna-se o principal produtor de Castanha do Pará no estado do Pará (EMMI, 1999).

O desenvolvimento dessa atividade pela oligarquia regional conhecida também como oligarquia do Tocantins, formada normalmente por importantes comerciantes e políticos donos de terra, foi responsável, concomitantemente, por fortalecer mais a mesma oligarquia regional existente e permitir Marabá ganhar relevância perante o Estado (EMMI, 1999). Sendo que durante mais de 50 anos, o domínio das oligarquias dos castanhais em Marabá foi considerada na época a ordem natural vigente do poder político e da forma de organização política e econômica da região. Ao ponto de Marabá, por exemplo, ainda durante esse contexto, em 1913, de um povoado passar a ser considerado município até, num curto espaço de tempo, em 1923, ser elevada à categoria de cidade. (VELHO,1972).

Portanto, assim, nessa etapa do início da cidade de Marabá podemos historicamente afirmar que é, sem dúvida, com a valorização e o desenvolvimento do extrativismo vegetal das atividades econômicas locais, empreendidas pela oligarquia do Tocantins, baseadas principalmente na exploração, num primeiro momento do caucho, e, num segundo momento, da castanha do Pará que iram ambas, em grande parte, permitir dinamizar econômica, demográfica e politicamente a cidade de Marabá no cenário sub-regional do sudeste paraense ao qual ela está inserida.

Entretanto, a partir de da década de 1960 em diante que observamos propriamente a cidade, de fato, ganhar maior destaque, assumindo novos papéis e formas-conteúdos mais complexas de serem analisadas em virtude do processo de reestruturação da produção do espaço regional que nesse momento passa a ocorrer, introduzindo-se novos ritmos e novos rumos, evidenciando intensas transformações e novas configurações territoriais, permitindo, cada vez mais, a cidade de Marabá se consolidar como centro urbano capaz de polarizar e influenciar, especialmente do ponto de vista sub-regional, um número significativo de cidades.

Ao passo de ter havido uma importância estratégica conferida a Marabá, dentre outras, como centro urbano no cenário de integração da Amazônia oriental, com intenso e diferenciado processo de urbanização, aonde articulava-a a diversos municípios, na medida em que a nova configuração urbana sustentada na lógica

espacial da “rodovia-terra-firme-subsolo” (Porto-Gonçalves, 2001) se firmava, ao mesmo tempo, negando a precedente primazia do antigo padrão de organização regional baseado na lógica fluvial dos rios, principalmente com a importância que passa a assumir a Estrada de Ferro Carajás e as rodovias Transamazônica (BR-230), PA-150, BR-222.

Sendo esse momento agora de intensa urbanização com o processo de abertura de rodovias na Amazônia, conseqüentemente, responsável por enfraquecer a função dos rios como principais vias de circulação na região ao ponto, por exemplo, da capital do Estado do Pará, Belém, perder a condição que antes largamente sustentava de ser a única porta de entrada na região. Resultando logicamente, nesse aspecto geográfico, na maior autonomia assumida pelos outros centros urbanos sub-regiões como Marabá.

Nesse contexto, Marabá apresenta-se como locus de grandes investimentos (TAVARES, 1999). Despertando os interesses do capital industrial e financeiro na região (EMMI, 1999). Não mais se restringindo, assim, a influência política e econômica das elites tradicionais da oligarquia regional apoiada no comércio e no extrativismo vegetal (EMMI, 1987), refletindo como resultado do processo de reestruturação territorial também no condicionamento de uma nova estrutura de poder, onde passa a haver o predomínio dos novos agentes político-econômicos, tais como grandes pecuaristas, os bancos, as empresas nacionais e até grandes empresas internacionais.

De tal maneira que o surgimento dessa nova elite na região e sua relação com as políticas do governo, consonante a centralidade urbana de Marabá, vão elevar a cidade a condição de “Rurópolis”, sede de substancial importância para apoio ao projeto de urbanismo rural, dotando a cidade de equipamentos urbanos, zona industrial, lotes urbanos e agrícolas (CARDOSO; LIMA, 2009).

Projeto também de grande ou, melhor dizendo, de maior envergadura regional estimulado pelo governo estadual e que tem em Marabá uma das suas principais cidades de apoio foi o PGC (Programa Grande Carajás) que contribuiu, ainda mais, para incrementar o dinamismo da cidade e certamente da região, já que o PGC implicou na criação da ferrovia e do corredor de exportação de

Carajás, nas ações empreendidas na exploração mineral da Serra do Carajás, na construção da UHT (Usina Hidrelétrica de Tucuruí) e outras atividades econômicas.

Outro evento que vem se somar dentro desse processo no final da década de 1980, promovida pela Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI), é a instalação do Distrito Industrial de Marabá (DIM), ligada a produção minério de ferro-gusa através das industriais Companhia Siderúrgica do Pará (COSIPAR) e Siderúrgica de Marabá (SIMARA) (MARABÁ, 2006).

Passando Marabá a ser marcada por forte migração, grandes projetos e destaque político-econômico no estado do Pará. Já que expressa nessa nova estruturação espacial uma concentração em seu ponto de certa disponibilidade de infraestrutura e a uma relativa densidade técnica, de atividades econômicas, sociais e políticas (TRINDADE JR; RIBEIRO, 2008). Já que o conjunto dos projetos e ações sejam governamentais ou empresariais levados adiante, evidenciam resultados que reforçam os impactos que provocaram, sobretudo, do ponto de vista econômico e, simultaneamente, a inegável importância que Marabá progressivamente assume no cenário sub-regional.

Como, por exemplo, o fato de Marabá, no decorrer do tempo, aquecendo a economia sub-regional, passar a conter um total de 873 estabelecimentos, compostos por pequenas, médias e grandes empresas (MARABÁ, 2006); Marabá concentrar investimentos no setor mineral abrigando grande parte dos projetos voltados para cadeia produtiva mineral do sudeste paraense (PARÁ INVESTIMENTOS, 2010); Marabá sendo naturalmente, assim, considerada como importante centro para os negócios e serviços do sul e sudeste do Pará (ONG VIVER CIDADES, 2004).

Porém, não podemos esquecer de destacar sua importância, além da dimensão econômica já mencionada, na dimensão política. Tendo, desde a década de 1960 em diante, o Estado, importante também agente transformador das dinâmicas da sub-região, acompanhado em todos os momentos, paralelamente, seja no projeto de urbanismo rural (cidade de apoio Marabá), nas melhorias infra estruturais (principalmente as aberturas de estradas) ou na exploração mineral

(Programa Grande Carajás), atuando com ações governamentais no fornecimento de créditos, incentivos fiscais, dentre outros.

Contudo, a medida em que o Estado se mostra participante, direta e indiretamente, em todas as atividades que foram implementadas como projetos de exploração mineral, urbano rural, infraestruturais, incentivos fiscais e disponibilidades de créditos. Foi ao longo do tempo, de algum modo, contribuindo para possibilitar as condições de se sediar importantes instituições em Marabá.

Podemos visualizarmos do ponto de vista da centralidade política de modo mais evidente possível sua influência pontuando outros elementos também significativos como o fato de Marabá ser sede de importantes instituições governamentais, sejam eles municipais ou principalmente de ordem estaduais e federais que permitem, ainda mais, evidenciar o papel de polarização em abrangência regional dessa mesma cidade, atendendo as necessidades da população pertencente a essa sub-região. Pode ser demonstrado no quadro “1” abaixo.

Quadro 01 – Instituições Públicas Estaduais e Federais localizadas em Marabá

Nome ou Apresentação	Esfera	Área de Atuação
SEDUC	Estadual	Sudeste Paraense
UNIFESSPA	Federal	Sudeste Paraense
UEPA	Estadual	Sudeste Paraense
IFPA	Federal	Sudeste Paraense
SEBRAE	Federal	Sudeste Paraense
SENAI	Federal	Sudeste Paraense
SEFA	Federal	Sudeste Paraense
DP/PA	Estadual	Sudeste Paraense
SEMA	Estadual	Sudeste Paraense
SETRAN	Estadual	Sudeste Paraense
PRODEPA	Estadual	Sudeste Paraense
TER	Federal	Sudeste Paraense
SESI	Federal	Sudeste Paraense

IBAMA	Federal	Sudeste Paraense
SEIR	Estadual	Sudeste Paraense
MPF	Federal	Sudeste Paraense
IBGE	Federal	Sudeste Paraense
TEM	Federal	Sudeste Paraense
INSS	Federal	Sudeste Paraense
FUNAI	Federal	Sudeste Paraense
SINART	Federal	Sudeste Paraense
INCRA	Federal	Sudeste Paraense
SEOP	Estadual	Sudeste Paraense
DNIT	Federal	Sudeste Paraense
EMATER	Federal	Sudeste Paraense
SESPA	Estadual	Sudeste Paraense

Fonte: SEDUC, UNIFESSPA, UEPA, IFPA, SEBRAE, SENAI, SEOP, SEFA, DP/PA, SEMA, SETRAN, PRODEPA, TRE, SESI, IBMA, SEIR, MPF, IBGE, MTE, SENAI, FUNAI, SINART, INSS, INCRA, DNIT, EMATER, SESPA.
Elaboração e Organização: Antonio Gustavo da Silva Maximo, 2017.

Além do quadro 1 acima que reforça a centralidade política regional que Marabá, sem dúvida, exerce no cenário da sub-região através da presença e concentração de importantes instituições, o quadro 2(NUNES,D. A.2012) abaixo evidencia a centralidade política indicando a expressiva força e irrefutável papel que Marabá exerce na condição de protagonista do ponto de vista da divisão do Estado do Pará para criação do Estado do Carajás.

Na medida em que demonstra que a maioria dos eventos realizados em função da pró-emancipação do Estado do Carajás quando não foram sediadas em Marabá, mesmo assim, Marabá manteve papel ativo de protagonista, destacando-se no permanente envolvimento, direto e indireto, na criação, participação, organização, mobilização e articulação no projeto com outras cidades da sub-região de influência interessadas no assunto.

Registrando a trajetória dos principais eventos e ações, desde o início com as primeiras reuniões discutindo a necessidade de criação do Estado de Carajás até aos últimos eventos, com a ocorrência do plebiscito sobre a criação do Estado do Carajás.

Quadro 02 - Ações e eventos pró-emancipação do Estado do Carajás.

Ano	Local	Eventos e Ações
1977	Belém	Criação da Associação dos Municípios do Araguaia, Tocantins e Carajás (AMAT-Carajás), que tem um dos objetivos principais promover estudos técnicos e organizar o processo de criação do Estado do Carajás.
1986	Marabá	1ª Reunião da Comissão Central (atual Comissão Brandão) que discutiu a necessidade de criação do Estado do Itacaiúnas (atual Estado de Carajás), apresentando estudos sobre o tema.
1988	Marabá	1ª Publicação referente ao estudo e à proposta de criação do Estado do Itacaiúnas.
1989	Marabá	Criação da Bandeira do e hino do Estado de Carajás.
1989	Marabá	1º Seminário dos Vereadores do Sul do Pará, onde foi discutido assuntos relacionados ao desenvolvimento regional, dentre os quais a criação do Estado de Carajás.
1989	Brasília	Primeiro Projeto de Decreto Legislativo (nº 036/89) dispendo sobre a criação do Estado de Carajás por desmembramento do Estado do Pará.
1989	Marabá	Primeiro escritório do movimento emancipacionista pró-Carajás.
1993	Marabá	I Encontro Intermunicipal do Movimento Pró-Emancipação do Estado de Carajás.

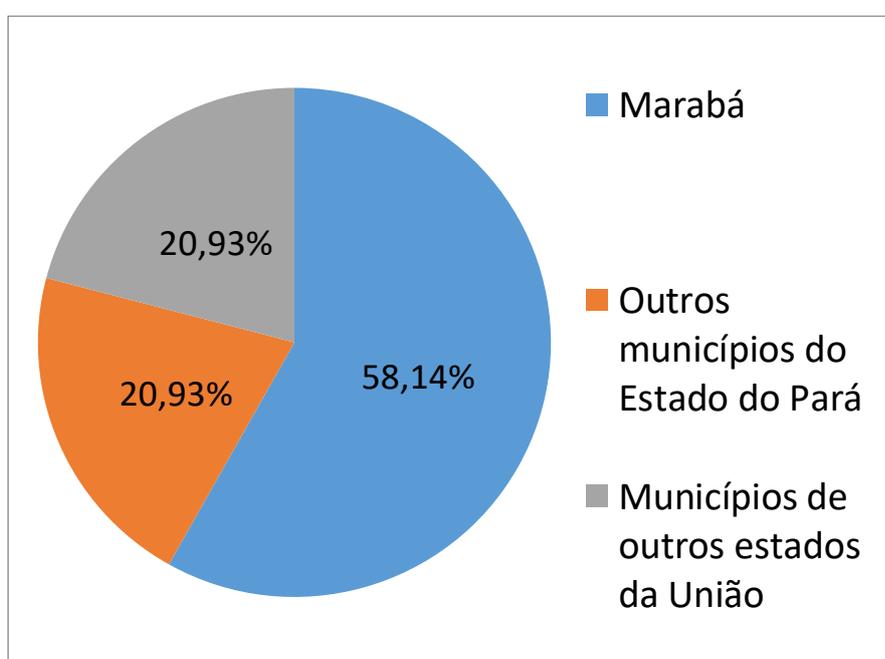
1993	Marabá	Publicação do livro “Estado de Carajás: clamor de um povo” e do Mapa Informativo do Futuro Estado de Carajás (sul e sudeste do Pará).
1995	Belém	Criação da Comissão Especial de Estudos da Viabilidade Econômica e Administrativa de Emancipação das Sub-Regiões Tapajós e Carajás.
1997	Marabá	Publicação do estudo “Estado de Carajás: movimento econômico e social”.
2001	Redenção	Criação do Instituto Pró Estado do Carajás (IPEC).
2001	Marabá	I Encontro Regional Pró-Estado de Carajás.
2001	Marabá	Inauguração do Comitê Municipal de Marabá Pró Emancipação do Estado de Carajás, primeira sub-sede municipal da AMAT-Carajás.
2007	Marabá	I Simpósio Pró-Criação dos Estados de Carajás e Tapajós.
2007	Brasília	PDL nº 052/07, de autoria do senador Leomar Quintanilha (PMDB/TO), dispendo sobre a criação do Estado de Carajás por desmembramento da região sul e sudeste do Estado do Pará.
2008	Canaã do Carajás	Criação do Comitê pró-Carajás.
2009	Brasília	Aprovação do PDL 052/07. Ao chegar à Câmara dos Deputados, o projeto se transformou em PDL 2.300/09.
2010	Marabá	Apresentação do livro “Assimetrias regionais no Brasil: fundamentos para criação do Estado do Carajás”.
2011	Brasília	Aprovação do PDL nº 2.300/09, tornando-se Decreto Legislativo (DL) nº136/2011, que dispunha sobre a realização do plebiscito no Estado do Pará para a criação do Estado de Carajás.
2011	Eldorado do Carajás	1ª Carreata e ato público pró-criação do Estado de Carajás após a aprovação do plebiscito.
2011	Marabá	Realização da convenção para formação da Frente a Favor da Criação do Estado do Carajás.
2011	Marabá	Lançamento das frentes parlamentares pró-Carajás e pró-Tapajós.
2011	Redenção	Lançamento da campanha em favor da criação do Estado do Carajás.
2011	Marabá	Primeiro grande comício da campanha plebiscitária pró-criação do Estado do Carajás.
2011	Xinguara	Grande Leilão de gados com o valor total convertido para a Frente Pró-Criação do Estado do Carajás.
2011	Pará	Realizado em todo o Estado do Pará do plebiscito sobre a criação do Estado de Carajás e do Estado do Tapajós.

Fonte: AMAT-Carajás, Comissão Brandão pró-emancipação do Estado do Carajás, Costa (2011), Diário Oficial da União, Lisboa (2009), Flávio (2011), Carrion, Silva e Marques (2011), Tribunal Regional Eleitoral e Brasil (2011).

Elaboração: Débora Aquino Nunes, 2012.

Outro fator importante que nos permite fornecer uma dimensionalidade do papel de protagonista de Marabá em relação a sua grande parcela de contribuição em prol dos acontecimentos envolvendo a criação do Estado do Carajás é que Marabá não participa somente na mobilização, mas principalmente através dos novos agentes econômicos, pertencentes a elite marabaense, no sentido de proporcionar o financiamento os eventos. O gráfico 1 abaixo (NUNES,D. A.2013) baseados em dados (PARÁ, 2012) do tribunal de contas do TRE (Tribunal Regional Eleitoral) confirmam isso no que diz respeito a localização dos agentes jurídicos contribuintes financeiros para Frente Pró-Carajás.

Gráfico 1. Agentes jurídicos doadores da Frente Pró-Carajás



Fonte: PARÁ (2012).

Elaboração: Débora Aquino Nunes, 2013.

Marabá concentrou mais da metade das pessoas jurídicas que diretamente realizaram doações. Sendo mais precisamente, segundo o gráfico, indicado pela cor azul, na quantidade de cerca de 58,14% de agentes econômicos de pessoas jurídicas contribuindo financeiramente.

Enquanto que, ao mesmo tempo, menos expressivamente, os agentes identificados pela cor laranja e cinza, compostos por outros municípios, pertencentes a outros estados e provenientes de outros municípios do próprio estado do Pará, foram responsáveis no total por pouco menos de 21,00% das doações, numa faixa de 20,93%.

Ainda baseado em dados do TRE (PARÁ, 2012), na Tabela abaixo (NUNES,D. A.2013) no que refere ao valor doado por município para a Frente Pró-criação do Carajás.

Tabela 01 – Valor doado por município para a Frente Pró-criação do Carajás

Localização		Valor	
		Abs. (R\$)	(%)
Sudeste Paraense	Marabá	1.041.700,00	36,74 %
	Tucuruí	450.500,00	15,89 %
	Parauapebas	379.704,60	13,39 %
	Redenção	295.190,00	10,41 %
	Santa Maria das Barreiras	16.000,00	0,56 %
	Xinguara	15.210,00	0,54 %
	Curionópolis	14.076,00	0,50 %
	Água Azul do Norte	10.000,00	0,35%
Outros municípios do Pará	Belém	245.000,00	8,64 %
Outros Estados	São Paulo – SP	250.000,00	8,82 %
	Blumenau – SC	65.000,00	2,29 %
	Salvador – BA	30.000,00	1,06 %
	Araguaína – TO	13.000,00	0,46 %
	Maceió – AL	5.000,00	0,18 %
	Palmas – TO	5.000,00	0,18 %
TOTAL		2.835.380,60	100%

Fonte: PARÁ (2012).

Elaboração: Débora Aquino Nunes, 2013.

Conforme a tabela 01 revela 36,74% podemos constatar, mais de um milhão de reais, exatos R\$ 1.041.700,00 do valor doado para a campanha pró-Carajás foi originário de agentes concentrados em Marabá, mais que duas vezes maior que o valor doado pelos agentes da segunda cidade, Tucuruí, que mais contribuiu com cerca de 15,89%, correspondendo a R\$ 450.500,00 do total das doações. Destacando a importância dos agentes localizados no Sudeste Paraense, principalmente Marabá, que contribuíram ao todo com 78,38%, R\$ 2.222.380,60, do total arrecadado.

Sendo assim, percebe-se, então, facilmente que os agentes concentrados em Marabá são não só os que mais se mobilizam e articulam, mas, de fato, os que mais também contribuem para campanha plebiscitária da frente Pró-Carajás.

Conclui-se conforme observado e analisado que a protagonista cidade média de Marabá certamente apresenta significativa centralidade tanto do ponto de vista econômico quanto político, base de importantes projetos, pólo econômico e decisório regional, representações políticas públicas e privadas, centro financeiro e das ações do movimento pró-Carajás (NUNES; LIMA, 2012). O que em conjunto levando em consideração a soma de cada um desses diferentes fatores atestam validamente na direção, ainda mais, de sua importância e reforçam seu inegável papel de protagonista na sub-região a qual faz parte, do sudeste paraense.

3.FATORES QUE CONTRIBUEM PARA DIVISÃO TERRITORIAL DO PARÁ: 3.2 CENTRALIDADE ECONÔMICA E POLÍTICA DE SANTARÉM

A cidade de Santarém-PA localizada na mesorregião do Baixo Amazonas ou também podemos dizer que na sub-região do oeste paraense. Na jusante do Rio Amazonas e do Rio Tapajós e parte da área de influência da rodovia BR-230 (Transamazônica) e principalmente da BR-163 (Cuiabá-Santarém). Distante a 1.369 km da capital Belém (IBGE, 2009).

Constitui-se como elo de ligação entre as pequenas cidades e os grandes centros urbanos, servindo de apoio aos fluxos de pessoas, mercadorias, informações, decisões políticas e investimentos, que por ela se materializam garantindo a produção, a circulação e o consumo no processo de acumulação de capital. Cumprindo um papel imprescindível de centro sub-regional. (PEREIRA, 2004)

Apresentando-se como vetor de crescimento econômico e demográfico na Amazônia. Estando o dinamismo de Santarém mais associado a capacidade que a mesma possui de responder às demandas regionais, seja do ponto de vista do capital ou da força de trabalho, tornando-se importante nó de articulação de redes técnicas e de fluxos no contexto sub-regional ao qual faz parte.

É um dos principais pólos de escoamento da soja no estado do Pará. Do ponto de vista político-administrativo, funciona como centro sub-regional e serve de referência para um conjunto diverso de municípios da sub-região do oeste paraense. Já que é fórum regional de decisões políticas e debates, em torno das necessidades da região na qual está inserida, ao mesmo tempo em que é formadora de opinião, exercendo certa liderança regional frente às cidades de menor porte.

A centralidade política e econômica que exerce, em certos aspectos não é tão diferente de Marabá, foi sendo logicamente construída ao longo do tempo, principalmente por dois fatores indispensáveis com a valorização de produtos extrativistas vegetais locais tanto quanto com a reestruturação territorial com a nova lógica de produção do espaço regional, implantando-se rodoviárias de integração dessa cidade e sua sub-região, não só ao restante do Estado, mas, em parte, do país.

No passado era área de antiga colonização, durante o século XVII, com importância da extração e circulação de produtos da floresta, conhecidos como “drogas do sertão”(cacau, canela, cravo, salsaparrilha, madeiras, entre outros), indicando o fato de ser uma das cidades pioneiras no processo de ocupação territorial da Amazônia e Santarém exercendo papel relevante na consolidação do povoamento regional.

Reafirmando seu poder econômico e influência regional, no século XIX, notadamente com a borracha. Mesmo após a crise dessa última (borracha), imediatamente teve, em contrapartida, o aquecimento de sua economia revigorado na agricultura com o cultivo e exploração da juta, praticado nas várzeas dos rios (CORRÊA, 1989).

Uma década depois, já haviam se instalado em várias cidades da região fábricas de fiação e tecelagem de juta. Em 1951, passa a funcionar em Santarém a Companhia de Fiação e Tecelagem de Juta de Santarém (TECEJUTA). Ainda depois destacou-se durante um curto espaço de tempo a extração e circulação do ouro através do Rio Tapajós.

Estando essas atividades todas associadas a circulação fluvial dos rios Amazonas e Tapajós. Especialmente para o caso de Santarém, os rios ainda mantêm, em boa parte, íntima e intensa relação que não foi perdida mesmo posteriormente com a modernização do seu espaço. Diante dessas transformações espaciais operadas, observa-se que mudanças e permanências convivem.

Hoje, no entanto, com a introdução de elementos de uma nova ordem territorial a partir da década de 1970 em diante com a implantação de rodovias assume recentemente como complementos novas lógicas espaciais e novos papéis importantes na exportação de produtos minerais, madeireiros e, principalmente, posteriormente de grãos com destaque à modernização econômica provocada pela expansão do cultivo da soja.

Santarém configura-se como um dos novos polos produtores da soja da Amazônia, concentradas principalmente ao longo da BR-163 (Cuiabá-Santarém), concomitantemente sendo também sede municipal estratégica no corredor de escoamento da produção de grãos da região central do Brasil, que, do porto local de Santarém, exporta-se ampla quantidade de grãos de soja partindo em direção aos Estados Unidos ou seja partindo em direção a Europa. (OLIVEIRA, 2014).

Sendo assim, na formação territorial da região Santarém foi tornando-se um fundamental entreposto de circulação da produção econômica, levando em consideração os exemplos mencionados da borracha, da juta e do extrativismo

mineral do ouro por meio do Rio Tapajós. E, muito mais recentemente, com os grãos de soja.

Sendo que tal condição vai ser ainda mais reforçada com a introdução da nova ordem territorial a partir das rodovias sendo capazes de integrar a região ao restante do país, desde a segunda metade do século XX, momento em que a rodovia permite articular o acesso do oeste paraense ao Centro-Sul com a Cuiabá-Santarém (BR-163) assim como com o nordeste brasileiro pela Transamazônica (BR-230).

Resultando numa forma de organização do espaço diferenciada da verificada na Sub-região do sudeste paraense polarizada por Marabá. Onde em Santarém no seu caso específico analisado a circulação rodoviária, aeroviária e hidroviária parece, de certo modo, se integrar. Tendo em vista que sua importância e influência se projeta em vários sentidos.

Uma situação geográfica favorável (disponibilidade de recursos naturais e terras, rios navegáveis e estradas). Por exemplo, do ponto de vista nodal, configurando-se como uma referência no que diz respeito ao fluxo de mercadorias e pessoas das capitais estaduais, Belém e Manaus e de outros centros urbanos da região. Do ponto de vista fluvial (rio Amazonas e Tapajós). E do ponto de vista da circulação aérea, possuindo o aeroporto como sendo o 2º maior em movimento de passageiros do Estado do Pará (PEREIRA, 2004).

Tornando Santarém já desde a partir da década de 1960 com a reestruturação territorial em uma cidade base de obras e projetos de desenvolvimento regional.

Quadro 03 - Principais obras e programas do Oeste Paraense com forte importância de Santarém

Eixo	Obras e Programas	Esfera	Objetivo	Importância de Santarém
Infraestrutura e integração regional	Programa de Polos Agropecuários e Agrominerais da Amazônia	Federal	Explorar as potencialidades naturais da região, com base em 15 polos de exploração agropecuários e agrominerais.	Cidade sede do polo Tapajós.
	Rodovia Cuiabá-Santarém (BR-163)*	Federal	Abrir corredores de circulação na Amazônia oriental e integrar a região ao centro-oeste.	Sede de apoio administrativo para a realização da obra.
	Aeroporto Internacional Maestro Wilson Fonseca	Federal	Facilitar o acesso via aérea ao Oeste Paraense, sendo o principal aeroporto da região.	Sede do aeroporto.
	Porto Público de Santarém**	Estadual	Integrar os municípios do médio Amazonas e dos vales dos rios Trombetas e Tapajós ao território nacional.	Sede do Porto.
	Usina Hidrelétrica Curuá-Uma	Federal	Produção de energia elétrica.	Sede da hidrelétrica.
Indústria	Implementação do Distrito Industrial de Santarém**	Estadual	Dinamizar a economia e atrair novos empreendimentos para a região.	Sede do Distrito Industrial.
Comércio	Feira Agropecuária do Baixo e	Municipal / iniciativa privada	Fomentar o comércio de produtos relacionados à agropecuária na região.	Sede da Feira.

	Médio Amazonas.			
Saúde	Hospital Regional do Baixo Amazonas Dr. Waldemar Pena	Estadual	Prestar assistência de excelência em saúde de média e alta complexidade aos usuários do Sistema Único de Saúde – SUS.	Sede do Hospital
Educação e Cidadania	Estação Cidadania	Estadual	Oferecer serviços por meio de unidades credenciadas de diversos órgãos: Cosanpa, Defensoria Pública, Cartório, Sistema Nacional de Emprego (Sine), Setor de Identificação da Polícia Civil, Procon, Correios etc.	Localizada em Santarém, esta é a primeira unidade implantada no interior do Estado.

* Obra ou projeto em implementação

** Obra ou projeto previsto

Fonte: Governo do Estado, Hospital Regional Dr. Waldemar Pena, Sindicato dos Produtores Rurais de Santarém, Companhia de Desenvolvimento Industrial do Pará (CDI-Pará), Becker (1990) e trabalho de campo em Santarém.

Elaboração: Gesiane Trindade, 2013.

No caso particular de Santarém mesmo com reestruturações territoriais serviram para ampliar e aprofundar ainda mais a polarização não só restrita a dimensão demográfica, mas certamente econômica e política que a mesma cidade exerce na sua sub-região em função das aberturas de rodovias, não se perde a importância dos seus rios, mas relativiza o padrão dendrítico ou “rio-varzea-floresta” de circulação em função do padrão rodoviário ou “estrada-terra-firme-subsolo” (PORTO-GONÇALVES, 2001).

Uma vez que, por exemplo, passa a ter a partir da década de 1970 em diante a presença de uma rodovia federal (BR-163) que tem seu início em Cuiabá (MT) e término em Santarém (PA), praticamente as margens do rio Tapajós, interligando o centro-sul brasileiro, onde se localizam os principais produtores de grãos do Brasil, a Amazônia, especialmente Santarém.

O padrão rodovia, então, vai ser um dos fatores determinantes para instalação na cidade da Cargill Agrícola S/A, uma empresa multinacional norte-americana que opera no ramo de alimentos, mas que, na cidade em específico tem atuado na exportação de grãos para diversos países. Com o porto situado nas dependências e cedido pela Companhia Docas do Pará (CDP), localizada as margens do rio Tapajós. Configurando-se, assim, no reconhecimento de Santarém como um importante polo exportador de soja no cenário nacional (OLIVEIRA, 2014).

Pela estrutura e diversidade de bens e serviços existentes. Santarém constituiu-se também em um pólo regional para o atendimento de necessidades da população, tanto para aquela residente na própria cidade, como para as cidades próximas. Por exemplo, maior estrutura na rede de saúde (serviços especializados de radiografia, cirurgia e exames laboratoriais), educação (maior diversidade de vagas e cursos em instituições de nível superior, pública ou privada) e cultura e lazer (exclusividade na disponibilidade de cinema, teatro e casa de show) (PEREIRA, 2004).

Este papel de relevância regional também é uma argumentação utilizada normalmente como justificativa pelo movimento pró-emancipacionista do Tapajós, conforme apresentam registrado em determinadas passagens de seus documentos.

Os municípios de Santarém e Itaituba constituem-se em núcleos polarizadores da região, canalizando, de uma maneira geral, a maior parte dos fluxos de comércio e de serviços, sendo o município de Santarém, o centro regional mais dotado de serviços sociais básicos. Por esse motivo, esta cidade constitui-se núcleo polarizador da vida social da população que reside nos municípios localizados às margens do Amazonas (MOVIMENTO PRÓ-OESTE/COMITÊ PRÓ-CRIAÇÃO DO ESTADO DO TAPAJÓS, 1996, p. 84).

Seja de modo generalizado na concepção do Estado do Tapajós ou de modo específico pelo movimento Pró-Criação do Estado do Tapajós até o presente momento se tem como referência central a cidade de Santarém, tendo na sua origem a intenção de se emancipar ainda em meados do século XIX. No entanto, somente em 1991 sendo essa intenção, na verdade, oficializada, através do Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº120/1991. E em 2011, aprovado o Decreto Legislativo número 137/2011, aonde se dispunha sobre a realização do plebiscito sobre a criação do Estado do Tapajós.

Nesse sentido, para além da centralidade econômica expressa nas diferentes atividades no decorrer do tempo já destacadas sendo realizadas por Santarém cumprindo papel de centro polarizador na sub-região do oeste paraense a qual esta inserida.

Essa cidade média tem relevância regional, ao mesmo tempo, na centralidade política, podendo ser constatado historicamente com o seu hegemônico envolvimento, direta e indiretamente, em todos os momentos fundamentais que precedem a realização e durante realização do plebiscito do Pará, 2011. Podendo as principais ações e eventos envolvendo a criação do Estado do Tapajós serem observadas no quadro 04 abaixo.

Quadro 04 - Ações e eventos pró-emancipação do Estado do Tapajós.

Ano	Local	Eventos e Ações
1933	-	O militar Viana propõe uma profunda divisão territorial da Amazônia, no qual aparecem as unidades do Tapajós e Óbidos no oeste do Pará.
1950	Belém	O deputado Elias Ribeiro Pinto sugere autonomia ao Baixo Amazonas na Assembleia Legislativa do Pará.
1980	Santarém	Reunião de prefeitos de vários municípios do Baixo Amazonas, convocada pelo prefeito de Santarém, para debater a emancipação estadual.
1985	Santarém	Criação do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós.
1988	Belém	Os deputados Paulo Roberto Matos, Gabriel Guerreiro e Benedicto Monteiro, apresentam o projeto de criação do Estado do Tapajós

		para ser incluído na Constituição que seria promulgada em 1938.
1990	Brasília	Com a nova constituição, foi criada a Comissão de Estudos Territoriais, tendo por relator o deputado federal Gabriel Guerreiro. Em seu relatório final, de nº 01/1990, dos cinco Estados sugeridos, o primeiro era o Tapajós.
1991	Santarém	Institucionalização do Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós.
1991	Brasília	Deputado federal Hilário Coimbra (PTB) apresenta o primeiro Projeto de Decreto Legislativo com o nº 120/1991 prevendo a realização de plebiscito com vistas à criação do Estado do Tapajós.
1992	Santarém	O Comitê Pró-Criação do Estado do Tapajós elaborou documento intitulado carta-exposição de motivos para a criação do novo Estado.
1993	Itaituba	I Encontro Emancipacionista do Tapajós.
1993	Santarém	Fundada a Frente Popular pelo Estado do Tapajós.
1995	Belém	Foi criada a Comissão Especial de Estudos da Viabilidade Econômica e Administrativa de Emancipação das Sub-Regiões Tapajós e Carajás.
1999	Brasília	O Senador Mozarildo Cavalcanti (PFL/RR) dá entrada no Senado Federal ao Projeto de Decreto Legislativo 19/1999, que convoca plebiscito sobre a criação do Estado ou Território Federal do Tapajós.
2011	Belém	É publicado no Diário Oficial da União o Decreto Legislativo 137/2011 que aprovava realização do plebiscito em todo o Estado do Pará.
2011	Santarém	Fundado o Instituto Cidadão Pró-Criação do Estado do Tapajós (ICEPET).
2011	Santarém	I Seminário Tapajós e Carajás rumo ao desenvolvimento.
2011	Pará	Realizado em todo o Estado do Pará o plebiscito sobre a criação do Estado do Carajás e do Estado do Tapajós.

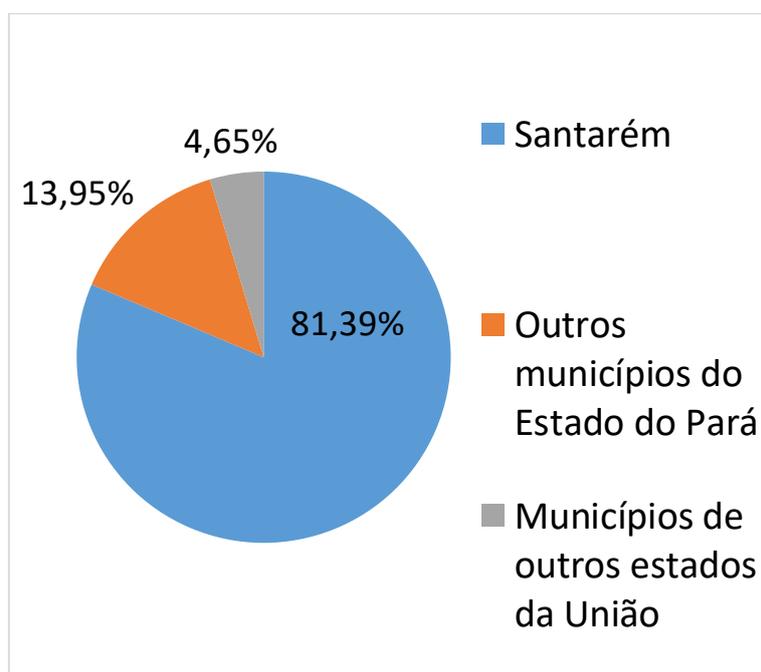
Fonte: Dutra (1997), Agência Senado, Diário Oficial da União, Senado Federal, Câmara dos Deputados, Comissão (2008), Brasil (2011b), Tribunal Regional Eleitoral e Instituto Cidadão Pró-Estado do Tapajós.

Elaboração: Gesiane Trindade, 2012.

Fortalecendo e ampliando a visibilidade dessa questão exaltada com o auge do movimento a partir da concretização da realização do Plebiscito do Pará em 2011. Quando, então, foi constituída a comissão parlamentar pró-emancipação, Frente Pró-Tapajós, a favor da criação do novo estado.

Importante observar que Santarém passa necessariamente a concentrar não só os eventos e as ações, mas fica visível que passa essencialmente a ser, concomitantemente, o principal lócus dos agentes jurídicos doadores das frentes pró-emancipação. Podendo ser visualizado no gráfico 2 abaixo.

Gráfico 2 - Localização dos agentes jurídicos doadores da Frente Pró-Tapajós:



Fonte: PARÁ (2012).
Elaboração: Gesiane Trindade, 2013.

O gráfico é capaz de evidenciar a concentração na cidade de Santarém do expressivo número de pessoas juridicamente doadoras, com 81,39% dos agentes que participaram financeiramente da Frente Pró-Tapajós, indicado pela cor “azul” no gráfico. Enquanto que, no entanto, os agentes de outros Municípios do Estado do Pará foram responsáveis por números, em termos de porcentagem e quantidade, menos expressivos, ficou na média de 13,95% das doações correspondendo a outros municípios do Estado do Pará, simbolizado pela cor “laranja”, enquanto que apenas 4,65% das doações foram realizadas por agentes provenientes de fora da região, um pequeno filete indicado pela cor “cinza” no gráfico.

Podendo, por outros números, ficar mais evidente quando analisamos esses valores doados por municípios a Frente Pró-criação do Tapajós na tabela 2 abaixo.

Tabela 2 – Valor doado por município para a Frente Pró-criação do Tapajós:

Localização		Valor	
		Abs. (R\$)	(%)
Oeste Paraense	Santarém	433.312,00	65,47%
	Itaituba	98.000,00	14,80%
	Altamira	20.500,00	3,09%
	Óbidos	5.000,00	0,75%
	Oriximiná	5.000,00	0,75%
	Juriti	3.000,00	0,45%
Outros municípios do Pará	Belém	10.000,00	1,51%
	Castanhal	10.000,00	1,51%
Outros Estados	São Luis do Maranhão-MA	50.000,00	7,55%
	Lucas do Rio Verde – MT	15.000,00	2,26%
	Manaus-AM	5.000,00	0,75%
	Ribeirão Preto – SP	5.000,00	0,75%

	Rio de Janeiro – RJ	2.500,00	0,37%
TOTAL		661.812,00	100%

Fonte: PARÁ (2012).

Elaboração: Gesiane Trindade, 2013

Demonstrando a concentração em Santarém dos agentes doadores em forma de pessoas jurídicas da Frente pró-Tapajós. Eles contribuíram com R\$ 433.312,00 (65,47%), um valor bem superior que ao dos grupos situados na segunda cidade que mais contribuiu, Itaituba, cidade que foi responsável por R\$ 98.000,00 (14,80%). Sendo que quando comparado se dá conta de que o expressivo número de agentes doadores de Santarém é, no geral, tão superior que quando tão somente comparado ao valor do grupo dos segundos doadores localizados em Itaituba, revela que seu valor é três vezes maior.

De modo menos expressivo, em relação a porcentagem e quantidade de doadores, os grupos localizados em São Luís do Maranhão contribuíram com menos de 10%, algo em torno de R\$ 50.000 (7,55%). Nesse sentido, como a exemplo de Marabá, destaca-se a centralidade (sub) regional, econômica e política de Santarém nesse processo e a importância dos agentes localizados que foram substancialmente responsáveis (81,39%) do total arrecadado.

4.0 RESULTADOS DA PESQUISA

Através deste estudo percebe-se que o debate regional não tem limites e retoma a sua força contemporaneamente, tendo em vista que ao invés de uma globalização homogeneizadora vemos, na realidade, a recriação da diferença em todos os cantos do planeta em face da diversidade territorial existente e da complexidade dos novos conteúdos-formas que apresentam essas questões.

Não pensamos que a região haja desaparecido. O que esmaeceu foi a nossa capacidade de reinterpretar e de reconhecer o espaço em suas divisões e recortes atuais, desafiando-nos a exercer plenamente aquela tarefa permanente dos intelectuais, isto é, a atualização dos conceitos. (SANTOS, 1994, p. 102)

Expressando, dentre outras maneiras possíveis, a importância do debate regional na geografia, conscientes de que “a utilização do termo entre os geógrafos, no entanto, não se faz de modo harmônico: ele é muito complexo” (CORRÊA, 1986, p. 22); a necessária reelaboração do conceito de região promovida ao longo do tempo, sendo que a região “sempre foi pertinente à perspectiva geográfica, apesar de se constituir, ainda hoje, em uma noção problemática” (LENCIONI, 2009, p. 14). Especialmente, em face da manifestação do fenômeno da globalização relativamente intensificando a recriação das diferenças. Pois, podemos dizer que os processos globais não anulam as dinâmicas regionais, ao contrário, potencialmente as estimulam. Evidenciadas, por exemplo, na realização do evento do plebiscito do estado do Pará, apresentando propostas de caráter regionalistas pretendendo a criação de dois novos estados (Carajás e Tapajós) que, ao mesmo tempo, suscitam o mantimento ou a fragmentação territorial.

Sendo a realização do evento do plebiscito entendido como um reflexo da centralidade econômica e política (sub) regional de Marabá e Santarém, haja vista que os principais eventos que em diversos momentos do início ao fim envolvem-se no processo de pretensão de se criar novos estados, no oeste do Pará, Tapajós e, no sudeste paraense, o estado de Carajás. Muito mais do que evidenciam em suas diferentes etapas e dimensões a viabilidade e o preparo necessário, demonstrando a eventual capacidade ou força de cada estado em si que se pretende emancipar. Evidenciam e reforçam ainda mais a relevância regional que predominantemente a cidade média de Marabá exerce com a sua centralidade política e econômica na sub-região do sudeste paraense.

E, por sua vez, também evidenciam e reforçam ainda mais o poder de centro sub-regional que a cidade média de Santarém exerce na sub-região do oeste paraense. Não é por menos que ambas as cidades caso houvesse a divisão do estado do Pará. Seriam transformadas em sedes estaduais ou, por outras palavras, as capitais dos seus respectivos estados emancipados. Afinal, as cidades propostas como sedes estaduais são as mesmas que nas últimas décadas têm assumido a centralidade no contexto (sub) regional (TRINDADE JR, 2011).

Válido lembrar que essa mesma relevância regional de Marabá e Santarém ambas já exerciam momentos historicamente bem anteriores ao plebiscito. O que vai, na realidade, ficar evidente é que essa relevância é notada de modo bastante perceptível ao longo do tempo. Culminando num dado momento mais recente na ocorrência do plebiscito que, ainda, mesmo com um resultado não favorável a divisão do Estado do Pará. Pode ser, de certo modo, entendido certamente sim como uma das formas possíveis de expressão da concretização desse protagonismo de Marabá e Santarém manifestando efetivamente suas fortes influências.

Uma vez que nas diferentes etapas de criação, organização, articulação, mobilização, eventos, reuniões e financiamentos tanto do movimento Pró-Carajás quanto da parte do movimento Pró-Tapajós são, respectivamente, oriundos, em sua ampla maioria, de Marabá e Santarém. Fazendo-se essas cidades ativamente presentes e participativas como protagonistas da pretensão de dividir o Estado do Pará.

Apesar de que não correspondendo a coesão, força e a capacidade de representação política e econômica, como poderia ser, do conjunto das cidades pertencentes ao pretendido estado de Carajás ou Tapajós. Mas, sim o destaque da relevância regional confirmada ao longo do tempo, culminando no plebiscito e na centralidade política e econômica que Marabá e Santarém sobressaindo-se nesse contexto exercendo nas suas devidas sub-regiões.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as análises que foram realizadas através de gráficos, tabelas, quadros, ações, eventos, informações disponíveis por outros diversos e diferentes autores que de modo, direto ou indireto, teciam considerações em relação a alguns elementos envolvidos na problemática tratada, facilmente podemos concluir que não só permanece a importância da existência e prosseguimento dos estudos regionais e territoriais realizados pela geografia como também há logicamente uma revalorização com a retomada de questões que tratam dessa temática contemporaneamente.

Como confirmado, no caso, do exemplo utilizado do plebiscito do estado do Pará, ocorrido em 2011, que houve a preocupação de trazer à tona questões que são pertinentes a manutenção ou alteração da configuração territorial do ponto de vista (sub)regional.

Além de que principalmente em todo momento ao longo do processo, anteriormente e posteriormente, pôde-se confirmar a inegável centralidade econômica e política sub-regional exercida por Marabá no sudeste paraense e a centralidade sub-regional econômica e política exercida por Santarém no oeste paraense. Como elementos indispensáveis para entender esses acontecimentos, uma vez que sem assumirem o papel de protagonistas como assumiram essas duas cidades dificilmente haveriam as condições viáveis de acontecer o plebiscito.

Portanto, fica claro que a preocupação em nenhum momento foi mostrar um posicionamento favorável ou contrário a divisão do Pará, mas basicamente através de argumentos e, sobretudo, de fatos confirmar que o evento do plebiscito, na verdade, antes de decidir algo de ordem regional ou territorial, muito mais serve para confirmar, sem dúvida, a centralidade política e econômica exercida por Marabá na sub-região a qual está inserida tanto quanto exercida por Santarém na sua mesma sua sub-região. Culminando como consequência na realização do plebiscito do Pará. Este trabalho, dessa forma, serve como aproximação e relativamente de base para realização de outros estudos, posteriormente, mais amplos e aprofundados sobre os que visam discorrer sobre tal assunto.

REFERÊNCIAS:

ALVES; MAZZOTTI, A. J. 2002. O método nas ciências sociais. In: ALVES; MAZZOTTI, A. J; GEWANDSZNAJDER, F. O método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. São Paulo: Pioneira Thomson Learning.

BECKER, B. 1984. A crise do Estado e a região: a estratégia da descentralização em questão. In: Becker, B. (org.) Ordenação Política do Território: uma questão política? Exemplos da América Latina. Rio de Janeiro: UFRJ.

BECKER, B.K; EGLER, C. A. G. 1994. Brasil – uma nova potencia regional na economia-mundo. 2. Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

BOUERI, R. “Custos de Funcionamento das Unidades Federativas Brasileiras e suas Implicações sobre a Criação de Novos Estados”. Texto para Discussão 1367. IPEA. Brasília. 2008.

BRASIL. Justiça Eleitoral. Plebiscito 2011: resultado de votação por zona eleitoral/município. Disponível em <
<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pa-resultado-da-votacao-por-municipio-carajas-plebiscito-2011> > acessado em 17/10/2017

BRASIL. Decreto Legislativo nº 136, de 27 de maio de 2011. Dispõe sobre a realização de plebiscito para a criação do estado do Carajás. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 27 de maio. 2011, Seção 1. p. 77. acessado em 19/10/2017

BRASIL. Decreto Legislativo nº 137, de 02 de junho de 2011. Dispõe sobre a realização do plebiscito para a criação do estado do Tapajós. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 02 de junho. 2011, Seção 1. p.1. acessado em 19/10/2017

CASTRO, E. (Org.). Cidades na floresta: São Paulo: Annablume, 2008.

CARDOSO; LIMA. A influência do governo federal sobre cidades na Amazônia: os casos de Marabá e Medicilândia. Novos cadernos NAEA. Belém, v.12, n. 1, p. 161-192, jun., 2009.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. São Paulo: Editora Ática, 1986.

CORRÊA, Roberto Lobato. A rede urbana. São Paulo: Ática, 1989.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm acessado em 07/06/2017.

Constituição da República Federativa do Brasil: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acessado em: 08/07/17.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. Belém: UFPA/NAEA, 1987.

EMMI, M. F. *A oligarquia do Tocantins e o domínio dos castanhais*. 2 ed. Belém: UFPA/NAEA, 1999.

Fatos históricos no plebiscito de 1993. Disponível em: <http://acervo.oglobo.globo.com/fatos-historicos/no-plebiscito-de-1993-brasil-disse-nao-monarquia-sim-ao-presidencialismo-9840238#ixzz4im71iaL2> acessado em 01/06/2017

HARTSHORNE, R. 1978 (1959) *Propósitos e Natureza da Geografia*. São Paulo: Hucitec e Edusp.

HAESBAERT, R. 1994. O mito da desterritorialização e as “regiões-rede”. *Anais do V Congresso Brasileiro de Geografia*. Curitiba: AGB.

HAESBAERT, R. 1999. *Região, Diversidade Territorial e Regionalização*. GEOgraphiaano1, n. 1. Niterói: Programa de Pós-Graduação em Geografia.

HAESBAERT, R. 2002. *Territórios Alternativos*. São Paulo: Contexto.

HAESBAERT, R. 2002. Fim dos territórios ou novas territorialidades? In: Lopes, L. e Bastos, L. (org.) *Identidades: recortes multi e interdisciplinares*. Campinas: Mercado de Letras.

HAESBAERT, R. 2004. *O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multi territorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

HAESBAERT, R. 2010. *Regional-global: dilemas da região e regionalização na geografia contemporânea* – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?z=t&o=20&i=P>. Acessado em 26deDezembro.2009

LENCIONI, S. 1999. *Região e Geografia*. São Paulo: Edusp

LENCIONI, S. 2009. Região e Geografia. São Paulo: Edusp

Lei nº 8.624, de 4 de fevereiro de 1993. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8624.htm acessado em 01/06/2017.

MARABÁ. Prefeitura Municipal. Diagnóstico do Plano Diretor de Marabá. Marabá, 2006.

MOVIMENTO PRÓ-OESTE/COMITÊ PRÓ-CRIAÇÃO DO ESTADO DO TAPAJÓS. Estudo de Viabilidade Econômica do Estado do Tapajós. Santarém: Tiagão, 1996.

NUNES, D. A; LIMA, M. M. A cidade média de Marabá; novas dinâmicas territoriais e centralidade urbano-regional na Amazônia oriental. In: Anais do I . Seminário de Desenvolvimento Regional, Estado e Sociedade. Rio de Janeiro, 2012.

NUNES, D.A. Marabá: dinâmicas socioespaciais e centralidade política de uma cidade média na Amazônia oriental. Belém, 2012. Relatório de Pesquisa (Programa de Iniciação Científica – PIBIC/UFGA)

OLIVEIRA. Helbert Michel Pampolha. A cidade de Santarém e os grãos: a reestruturação produtiva de uma cidade média da Amazônia Oriental. Belém: Boletim Amazônico de Geografia, 2014.

ONG VIVER CIDADES. Caracterização sócio econômica de Marabá. Marabá, 2004.

PARÁ INVESTIMENTOS. Oportunidades e desafios 2010-2014. 2º ed. Janeiro, 2010.

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. *Prestação de contas nº3-39.2012.6.140000 (Frente Pró-Carajás)*. Belém, 2012

PARÁ. Tribunal Regional Eleitoral. *Prestação de contas nº 3-39.2012.6.130000 (Frente Pró-Tapajós)*. Belém, 2012.

PARÁ, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. Produto Interno Bruto dos Municípios do Estado do Pará 2010. Belém: IDESP, 2012.

Pará Dividido?. Disponível em: <http://revistagloborural.globo.com/Revista/Common/0,,EMI277337-18283,00-PARA+DIVIDIDO.html> acessado em 02/06/2017.

Pará Será Dividido para Criação de Tapajós e Carajás. Disponível em: <http://www.alagoas24horas.com.br/648911/para-sera-dividido-para-criacao-de-tapajos-e-carajas/> acessado em 08/06/2017.

PEREIRA, José Carlos Matos. Importância e Significado das Cidades Médias na Amazônia: uma abordagem a partir de Santarém (PA) - Belém: NAEA/UFPA, 2004.

PORTO-GONÇALVES, C. W. *Amazônia, amazônias*. São Paulo: Contexto, 2001.

RAFFESTIN, Claude. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática, 1993.

TRINDADE JR. Saint-ClairCordeiro. CIDADES MÉDIAS NA AMAZÔNIA ORIENTAL. Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais, vol. 13, núm. 2, novembro, 2011, pp.135-151.

SANTOS, M. 1994. Técnica, Espaço, Tempo: Globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec.

SANTOS, M. 1996. A Natureza do Espaço. Técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Editora Hucitec.

SANTOS, M. 1999. Modo de produção técnico-científico e diferenciação espacial. Território6.

SANTOS, M. 2008 (1978) O trabalho do geógrafo no Terceiro Mundo. São Paulo: Edusp.

Será a Divisão do Estado do Pará uma boa ideia?. Disponível em: <http://www.brasil-economia-governo.org.br/2011/06/13/sera-a-divisao-do-estado-do-para-uma-boa-ideia/> acessado em 02/06/2017

SOUZA, Marcelo J.L. "O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento" In: CASTRO, Iná E. (*et alii*) *Geografia: Conceitos e Temas*. Rio de Janeiro, Bertrand Brasil, 1995.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

TAVARES, M. G. C. A dinâmica espacial da rede de distribuição de energia elétrica no Estado do Pará (1960 – 1996). Rio de Janeiro, 1999. Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Total de Eleitores do Plebiscito no Pará. <http://www.zedudu.com.br/wp-content/uploads/2014/07/total-eleitores1.jpg> , acessado em 07/06/2017

VELHO, O. G. Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica. Rio de Janeiro; Zahar, 1972.